

ISSN 0101- 3335

LETRAS DE HOJE

Nº 126

DEZEMBRO DE 2001



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Curso de Pós-Graduação em Letras



LETRAS DE HOJE

REVISTA TRIMESTRAL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS - PUCRS

Chanceler

Dom Dadeus Grings

Reitor

Professor Irmão Norberto Francisco Rauch

Vice-Reitor

Professor Irmão Joaquim Ciotet

Pró-Reitor de Administração

Professor Antonio Mario Pascual Bianchi

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Professora Solange Medina Ketzler

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Monsenhor Urbano Zilles

Pró-Reitor de Extensão Universitária

Professor Paulo Roberto Girardello Franco

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários

Professora Helena Wilhelm de Oliveira

Diretor da Revista

Prof. Ir. Elvo Clemente

Conselho Editorial**para Assuntos Lingüísticos**

José Marçalino Poersch, Leonor Scliar Cabral,

Leci Borges Barbisan, Regina Ritter Lamprecht,

Lêda T. Martins, Carmem Lúcia M. Hernandez

Conselho Editorial**para Assuntos Literários**

Gilberto Mendonça Telles, Petrona Dominguez de

Rodríguez Pasqués, Regina Zilberman,

Monsenhor Urbano Zilles, Maria Eunice Moreira,

Carlos Alexandre Baumgarten

Pedidos de assinaturas e permutas devem ser encaminhados para EDIPUCRS.

Assinatura anual:

Brasil _ _ _ _ _ R\$38,00

Exterior _ _ _ _ _ U\$34,00

Número avulso _ _ _ _ _ R\$12,00

Formas de pagamento:

Cheque nominal à
EDIPUCRS

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33

Caixa Postal 1429

90619-900 - Porto Alegre - RS - BR

E-mail: edipucrs@pucrs.br

www.pucrs.br/edipucrs/

Os artigos para publicação devem ser encaminhados para:

Revista Letras de Hoje
Pós-Graduação em Letras - PUCRS

A/c Prof. Elvo Clemente

Caixa Postal 1429

90619-900 - Porto Alegre - RS

A Revista aceita permutas

On demande l'échange

We ask exchange

Os originais enviados à Revista não serão devolvidos, mesmo que não sejam utilizados.

Composição:
SULIANI

Impressão:
EPECÊ

L649 LETRAS DE HOJE/Curso de Pós-Graduação em Letras

PUCRS, n.1 (out. 1967) - - Porto

Alegre: EDIPUCRS, 1967 -

v.: 22cm

Trimestral

ISSN 0101-3335

1. Lingüística - Periódicos. 2. Literatura - Periódicos

I. PUCRS. Curso de Pós-Graduação em Letras.

CDD 405

805

CDU 8(05)

Publicação indexada em CLASE (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades)

Índices para Catálogo Sistemático

Lingüística: Periódicos 80(05)

Literatura: Periódicos 82/89 (05)

Periódicos: Lingüística (05)60

Periódicos: Literatura (05) 82/89

Letras de Hoje

ESTUDOS SOBRE ENUNCIÇÃO
TEXTO E DISCURSO

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCRS

Sumário

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Apresentação <i>Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan</i> | 5 |
| Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução (primeira parte) <i>Valdir do Nascimento Flores</i> | 7 |
| “Eu” conta a “tu” histórias que ouviu d’ “ele”: quem é ele? <i>Margareth Schäffer</i> | 69 |
| Os princípios argumentativos subjacentes à polifonia da fala infantil <i>Carmem Luci da Costa Silva</i> | 97 |
| O funcionamento de mecanismos coesivos na argumentação <i>Leci Borges Barbisan e Rejane Flor Machado</i> | 127 |
| Usos de <i>todo</i> : uma abordagem enunciativa <i>Sônia Lichtenberg</i> | 147 |
| Discurso e trabalho: uma proposta de intervenção <i>Marlene Teixeira</i> | 183 |
| O poder e a língua: elementos para a construção de um objeto teórico <i>Nayr Tesser</i> | 203 |
| Dizer o singular em meio plural: jogos e forjas de escrita em oficinas virtuais <i>Pedro de Souza</i> | 225 |

Dissertar é argumentar? Uma análise de manuais de redação 247
*Artur Eugênio Jacobus, Vera Helena Dentee de Mello
 e Maria Eduarda Giering*

A semântica Argumentativa e a Pragmática Lingüística
 nas bases de uma Oficina de Tradução Literária 263
Beatriz Viégas-Faria

Apresentação

A certeza de que os estudos do texto, do discurso e da enunciação estão longe de ser vistos de modo unívoco motivou a organização desta revista. Tais áreas de investigação da linguagem esbarram em questões que colocam limites à pesquisa científica. É impossível introduzir na lingüística quaisquer dessas perspectivas sem estar consciente das implicações teórico-metodológicas. O ponto central refere-se aos contornos, nem sempre claros, das noções de sujeito, contexto, língua/linguagem, texto/discurso, enunciado/enunciação que são mobilizadas por diferentes teorias.

Os artigos aqui presentes testemunham a diversidade com a qual esses termos são conceituados. No entanto, isso não impede que haja algo em comum entre os trabalhos apresentados: a crença no estudo da linguagem em atividade. Este número da revista *Letras de Hoje* contém textos que, de diferentes perspectivas, trazem contribuições para estudos relativos a texto, discurso e enunciação.

O texto é estudado em manuais de redação e em tradução. A enunciação é representada por estudos de diversas linhas da lingüística francesa. Relações com o trabalho, com o poder e com práticas de produção de escrita em ambientes virtuais são vistas na ótica do discurso. Esses trabalhos refletem a atualidade e a diversidade teórica e aplicada da pesquisa nessas áreas.

No campo da enunciação, o texto de Valdir do Nascimento Flores traça um panorama histórico das teorias da enunciação, chegando a elementos definidores de seu objeto. Margaret Schaffer, a partir da lingüística enunciativa, de estudos culturais e históricos e da psicanálise, propõe um percurso a respeito de como o outro (Ele) é marcado na enunciação. Em *Os princípios argumentativos subjacentes à polifonia da fala infantil*, Carmem Luci da Costa Silva estuda

Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução (primeira parte)

Valdir do Nascimento Flores*

RESUMO – Este artigo pretende ser uma introdução às teorias consideradas fundantes do estudo enunciativo da linguagem. A partir da comparação entre elas, o autor propõe linhas gerais para o estabelecimento do objeto da *lingüística da enunciação*.

1 Introdução

Este texto tem propósito didático: apresentar, em linhas gerais, algumas teorias da enunciação dos estudos contemporâneos da linguagem, a fim de reunir elementos que permitam falar em uma *lingüística da enunciação*.

A abordagem dada está relacionada aos estudos de linha francesa em função da influência que exerceram (e exercem) sobre a lingüística, no Brasil. Acredito que esse é o ponto de vista possível para um lingüista brasileiro. Portanto, não se trata de estabelecer uma história das teorias da enunciação e sua repercussão na França. Isso já está feito por outros autores (cf. bibliografia) e o leitor deve a eles recorrer para tratar dessa questão. Minha intenção é somente fornecer uma espécie de roteiro de leitura das teori-

* Professor de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do PPG-Letras do Instituto de Letras da UFRGS. Pesquisador do CNPq.

os *topoi* na fala infantil, de acordo com a Semântica Argumentativa de Ansbombe e Ducrot. Servindo-se da mesma teoria, Leci Borges Barbisan e Rejane Flor Machado analisam a elipse e a anáfora conceitual como mecanismos coesivos em textos argumentativos. Diferentes usos do pronome indefinido *todo* são vistos por Sônia Lichtenberg, ainda sob um enfoque enunciativo, mas com apoio na teoria de Emile Benveniste.

Na área relativa a estudos do discurso, Marlene Teixeira, em *Discurso e trabalho: uma proposta de intervenção*, define a natureza da intervenção da lingüística para pensar questões sobre a articulação entre linguagem e trabalho. Nair Tesser analisa fenômenos lingüísticos que apontam para as relações entre poder e língua. Em *Dizer o singular em meio plural: jogos e forjas de escrita em oficinas virtuais*, encontra-se um estudo discursivo sobre práticas coletivas de escrita em oficinas de textos na Internet, realizado por Pedro de Souza.

No que diz respeito ao texto, Jacobus, Mello e Giering apresentam resultados de pesquisa sobre o ensino da argumentação em manuais de redação. O artigo de Beatriz Viégas-Faria relata uma experiência de ensino em Oficina na qual procura enfocar a tradução de significados implícitos no texto ficcional a partir da Semântica Argumentativa e da Pragmática Lingüística.

Os organizadores deste número da revista consideram importante que a diversidade de abordagens do estudo da linguagem seja mantida como forma de ratificar o espaço que a Universidade deve ocupar com relação à produção do conhecimento.

Vale ressaltar que todos os textos a seguir tratam da linguagem em situações de uso, mesmo que o façam de pontos de vista diversos. Assim é que esperamos que esta *Letras de Hoje* de alguma forma contribua para ampliar o debate em torno do papel que têm as diferentes teorias para análise da linguagem.

Porto Alegre, outubro de 2001

VALDIR DO NASCIMENTO FLORES
LECI BORGES BARBISAN

as da enunciação que têm larga circulação no Brasil¹ como forma de sistematizar alguns princípios norteadores da pesquisa lingüística nessa área.

Fazer uma introdução é correr riscos. Com certeza, uma introdução não substitui as obras que estuda, mas, de certa forma, estabelece um viés de abordagem. Este é o meu maior interesse: apresentar as teorias que considero mais representativas do estudo enunciativo da linguagem, indicando algumas fontes bibliográficas e dando alguma informação sobre seus autores.

Dois princípios determinam a escolha das teorias estudadas: a) devem ter relação com as idéias de Ferdinand de Saussure e, portanto, com o estruturalismo lingüístico;² e b) devem contribuir para o estabelecimento de um pensamento sobre a enunciação na linguagem.

O método utilizado é a comparação, ou seja, *operação pela qual se reúnem dois ou mais objetos... para lhes isolar as semelhanças ou as diferenças* (cf. Lalande, 1996). Assim, são justapostas diferentes teorias e busca-se, a partir da contraposição entre elas, os pontos comuns (cf. item 6). Vale lembrar, considera-se, na comparação, apenas as semelhanças já que, evidentemente, abordar as diferenças implica maior detalhamento das teorias, procedimento este inviável para um texto introdutório.

A ênfase dada às semelhanças entre as teorias repousa sobre o pressuposto de que há um eixo comum entre todas as abordagens da enunciação, o que permite falar de uma *lingüística da enunciação*.³

Logo, é importante fazer alguns ajustes terminológicos. Falo em *teorias da enunciação* (no plural) e em *lingüística da enunciação* (no singular). Com isso, quero chamar a atenção para o fato de que se, por um lado, existe uma diversidade que permite falar em mais de uma teoria da enunciação, por outro lado, considero que há traços comuns a todas as perspectivas. Em outras palavras, acredito na unicidade referencial da expressão *a lingüística da enunciação*.

A título de introdução, falta ainda explicar o qualificativo *primeira parte* presente no título deste artigo. Realmente este texto é a primeira parte de um trabalho mais amplo que está em desenvolvimento: o estudo do conjunto das teorias que são designadas pelo sintagma *teorias da enunciação*. Trata-se de uma análise histórica e epistemológica que venho empreendendo, com o auxílio de meus alunos, nos cursos que ministro no Pós Graduação em Letras da UFRGS. Explicando melhor: tenho lecionado nos últimos anos uma disciplina com o nome de *Fundamentos em teorias da enunciação*, e nela procuro apresentar um esboço de algumas perspectivas teóricas, enfatizando pontos comuns entre elas que possam convergir para o estabelecimento de um objeto próprio à *lingüística da enunciação*. Em função de não ser esta uma tarefa de pequena monta, optei, neste momento, por fazer algumas reflexões em torno das teorias que, cronologicamente, podem ser consideradas primeiras. São elas representadas pelos nomes de Charles Bally (4.1), Roman Jakobson (4.2), Mikhail Bakhtin (4.3), Emile Benveniste (4.4) e Oswald Ducrot (4.5). A *segunda parte* deverá integrar novo texto.

No item 4.6, início a discussão que norteará a *segunda parte* deste estudo, com os nomes de Catherine Kerbrat-Orecchioni e Authier-Revuz, a partir da oposição transparência/opacidade proposta por F. Récanati. Quanto ao item 5, o leitor verá que se trata apenas de alguns apontamentos que serão retomados na *segunda parte*. No item 6, estão sistematizadas as primeiras idéias em torno do que penso ser o objeto da *lingüística da enunciação*.

Ainda com este espírito introdutório, também integram este texto pequena cronologia dos estudos enunciativos, em apêndice, e bibliografia complementar à referida no corpo do artigo.

Gostaria de reiterar o caráter incipiente das observações feitas e marcar a posição do qual fala aquele que as propõe: o lugar do professor que, preocupado com a sistematização do conhecimento produzido no campo de sua atuação, pretende apenas fornecer um material inicial de referência temática, bibliográfica e cronológica, da área que ensina.

2 Da justificativa deste estudo

Por que é necessário fazer tal introdução ainda hoje? Porque há muita confusão teórico-metodológica nesse terreno minado que é o da enunciação. Tenho percebido atualmente duas atitudes, não necessariamente excludentes, dos estudiosos com relação ao tratamento enunciativo da linguagem:

¹ Acrescentei alguns trabalhos que, publicados originalmente em língua inglesa (como é o caso de Jakobson) e em russo (como é o caso de Mikhail Bakhtin), foram posteriormente traduzidos para o francês e tiveram forte repercussão na França e no Brasil.

² Não contemplo, aqui, a influência do pensamento saussuriano nas obras estudadas porque tal atitude transcende os objetivos propostos. No entanto, tomo como pressuposto que todas as teorias estudadas, de uma forma ou de outra, a ele se remetem. A abordagem das teorias da enunciação a partir da leitura que fazem do *Curso de Lingüística geral* é o tema de outro trabalho meu que deverá ainda ser publicado.

³ Isso será melhor desenvolvido no item 6.

- ou o mero “registro histórico”, em que se reconhece a importância desses trabalhos como passagem da análise imanente para a análise de aspectos mais amplos de produção do discurso. No entanto, tais autores apressam-se em dizer que os estudos da enunciação são apenas uma “fase” da história. A crítica mais severa dirige-se à interpretação geralmente feita da concepção de sujeito subjacente a teorias como a de Benveniste e a de Ducrot,⁴ por exemplo;
- ou uma espécie de “apropriação” do aparato metodológico das teorias da enunciação sem a incorporação da teoria subjacente aos modelos. Em outras palavras, tenho visto muitos estudos – principalmente teses e dissertações – que repudiam os princípios das teorias da enunciação, mas no momento de efetivar suas análises recorrem aos modelos das teorias da enunciação.

Em linhas gerais, quanto à primeira atitude, vale lembrar que as teorias da enunciação estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito. Claudine Normand (1996), referindo-se a Benveniste, diz que a teoria da enunciação supõe um sujeito, mas não faz teoria sobre ele, pois seu interesse é propriamente o sentido. A autora formula ainda outra conclusão: não há o sintagma *sujeito da enunciação* na obra de Benveniste e acrescenta: “se nos interrogamos sobre a coincidência dessa ausência e dessa presença repetitiva em outros lugares, procurando compreender porque ele não usou essa expressão que lhe é atribuída, pode-se fazer algumas conjecturas. Queria ele fazer uma teoria do sujeito? Não lhes foram atribuídos abusivamente as interrogações que preocupavam nos anos 60, na França, aqueles que procuravam juntar a psicanálise, o marxismo e a lingüística?” (p. 145)⁵ Logo, seria necessário não ceder à tentação de ver no sujeito da enunciação uma evidência perceptível, psicológica, livre e transparente. Quanto à segunda atitude, não me parece adequado recorrer a um domínio com tanta parcialidade.

⁴ Ducrot dá uma excelente resposta a esta questão sob a forma de posfácio em: HENRI, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992.

⁵ No Brasil, encontra-se postura semelhante à de Claudine Normand em: FIORIN, J.L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996 (em especial, p. 57). FLORES, V. *Lingüística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999 (p. 178-201). LICHTENBERG, S. *Usos de indefinidos do português: uma abordagem enunciativa*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. (mimeo.)

Ora, o conceito de enunciação⁶ é sem dúvida a tentativa mais importante para ultrapassar os limites da lingüística da língua (Maldidier, Normand e Robin, 1994). Com ele, consolida-se o estudo que busca evidenciar as relações da língua não apenas como sistema combinatório, mas como linguagem assumida por um sujeito. As marcas de enunciação no enunciado têm a especificidade de remeter à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo emergir o sujeito da enunciação. Quaisquer que sejam as abordagens da enunciação, é necessário reconhecer que tais pesquisas subvertem os modelos de análises existentes até então.

A lingüística ressent-se da proliferação de métodos e objetos que requerem para si o estatuto de ciência.⁷ Essa crise é derivada exatamente do entendimento de *ciência*, ele mesmo um conceito polivalente. Atualmente, a lingüística convive com a diversidade teórica e seus pesquisadores ou assumem uma visão sensível aos mecanismos inerentes à língua e, portanto, enfatizam a potencialidade do estudo do fenômeno em nível *stricto sensu*, ou assumem uma visão caracterizada pelo constante debate epistemológico e, por isso mesmo, mais sensível à constituição heterogênea da língua (irregularidades, subversões ao sistema, etc...). Estes enfatizam a potencialidade do estudo do fenômeno em nível *lato sensu*.

No primeiro grupo estão as diferentes lingüísticas que buscam a formalização de seu objeto. No segundo, aquelas que concebem o próprio objeto como uma heterogeneidade. Tenho defendido que ambas as perspectivas são complementares e respondem por momentos distintos de análise da linguagem.

A *lingüística da enunciação* encontra abrigo no segundo grupo e isso ao menos por um motivo: incluir no objeto da lingüística questões como subjetividade, referência, dêixis, contexto, modalização, entre outras, é concebê-lo como heterogeneamente constituído. Em outros termos, a abordagem de fenômenos relativos ao uso da língua e a quem fala exige novos procedimentos de abordagem que não necessariamente são contemplados em modelos constituídos aprioristicamente.

Com isso, não estou querendo dizer que a *lingüística da enunciação* abre mão da formalização de seu objeto. Émile Benveniste, um dos maiores lingüistas da enunciação, utiliza o termo “formal” no título de um de seus mais célebres artigos, *O aparelho formal da*

⁶ Propositadamente, estou utilizando o termo *enunciação* sem defini-lo com mais rigor. Isso será objeto de discussão a seguir, no âmbito de cada teoria.

⁷ Agradeço à Professora Naysa Tesser pelas observações feitas a respeito dos novos paradigmas de estudo da linguagem a partir do advento da lingüística da enunciação.

enunciação. Evidentemente, esse termo deve ser entendido, no contexto da obra de Benveniste – e acredito no escopo da *lingüística da enunciação* – não no sentido de *formalista* como se pode atribuir, por exemplo, à Gramática Gerativa, no qual o estudo da forma lingüística é determinante em relação a aspectos funcionais e/ou contextuais, mas no sentido de *mecanismos formais de enunciação e/ou de realização do enunciado*.

Segundo Dillinger (1991), os formalistas tratam a língua como objeto descontextualizado, enfatizando aspectos internos de seus constituintes e das relações entre eles, mas sem abordar as relações entre os constituintes e seus significados. Nessas perspectivas são comuns afirmações como *a língua é um sistema de sons*, ou *a língua é um conjunto de frases* ou ainda *a língua é um sistema de signos*. Assim, parece que tanto a Gramática Gerativa, em suas diferentes versões, como o estruturalismo saussuriano, ao menos na versão da *Glossématique* de Hjelmslev, parecem comportar a formalização do objeto língua. No que tange à *lingüística da enunciação*, esse objeto passa a ser visto com referência à singularidade da ocorrência contextual e, portanto, o adjetivo “formal” deixa de significar imanência para caracterizar o estudo dos mecanismos de enunciação no quadro (formal) de sua realização.

3 Do corpus

Para elaborar esta introdução parto de um princípio metateórico, ou seja, as próprias teorias servem de *corpus* para análise. Existem hoje muitos trabalhos que exigem para si o rótulo de *estudos da enunciação*. No Brasil, isso é mais recente, mas não menos importante. No entanto, no cenário geral da lingüística contemporânea, as pesquisas que envolvem a enunciação não são tão recentes e podemos considerá-las como integrantes de uma perspectiva diferenciada de abordagem da linguagem. Cada autor, a seu modo, recebeu influência de Ferdinand de Saussure e, em alguns casos, de Michel Bréal.⁸

É preciso dizer ainda que fiz uma seleção cronológica pautada por princípios teóricos. Considero como critério teórico a existência, nos modelos estudados, de reflexão especificamente voltada à enunciação. Em outros termos, constituem o *corpus* as teorias dos autores que tematizam a enunciação e que têm a preocupação

de formular um modelo de análise da enunciação.⁹ Resta ainda dizer que tais autores e teorias receberam tratamento diferenciado no decorrer deste artigo, à medida que, devido à recepção que tiveram no Brasil, alguns são mais discutidos que outros.

Pertencem ao *corpus*,¹⁰ neste momento, as teorias de: Charles Bally, Roman Jakobson, Emile Benveniste, Mikhail Bakhtin, Oswald Ducrot e algumas considerações sobre Kerbrat-Orecchioni e Authier-Revuz.

4 Das teorias

4.1 O primeiro pós-saussuriano: Charles Bally

Profundo conhecedor de sânscrito e grego, dedicou-se a fazer do francês o alvo de suas reflexões sobre estilística. Publicou, em 1905, *Précis de stylistique*;¹¹ em 1909, *Traité de stylistique française*; em 1913, uma seleção de artigos sob o título *Le langage et la vie* e, em 1932, o volumoso *Linguistique générale et linguistique française* completamente revisto para a segunda edição, em 1944.

O interesse de Bally pelos estudos de enunciação está registrado quando do prefácio que faz, juntamente com Albert Sechehaye, do *Curso de lingüística geral* (CLG) ao dizer que o *Curso*, devido ao seu caráter de organização póstuma, não autorizada por Saussure, é incompleto. Sobre a incompletude do CLG, dizem os autores: “assim se explica que certas disciplinas mal tenham sido afloradas, a semântica, por exemplo. Não nos parece que essas lacunas prejudiquem a arquitetura geral. A ausência de uma ‘Lingüística da fala’ é mais sensível. Prometida aos ouvintes do terceiro curso, esse teria tido, sem dúvida, lugar de honra nos seguintes” (Bally e Sechehaye, in: Saussure, 1975, p. 4).

Os trabalhos dedicados à história do pensamento lingüístico reservam, normalmente, dois lugares para o nome de Charles Bally: o de discípulo de Saussure e o de criador da nova estilística. Quanto ao primeiro rótulo, mesmo que seja verdadeiro, não é suficiente para falar desse que foi o primeiro lingüista a formular um raciocínio voltado à enunciação. É bem verdade que Bally esteve vinculado a Saussure em boa parte de sua vida senão pelo fato de tê-lo sucedido na cadeira de lingüística geral na Universidade de

⁸ As obras utilizadas encontram-se listadas no corpo do artigo e/ou na bibliografia.

⁹ As observações que faço sobre as teorias de Jakobson, Benveniste e Bakhtin estão, em sua maior parte, presentes em FLORES (1998), cf. bibliogr. e em FLORES (1999), cf. nota 5.

¹⁰ Obra à qual não tive acesso.

Genebra e pela primorosa organização do *Curso de lingüística geral*, ao menos pela constante referência ao pensamento saussuriano ao longo de sua obra. Quanto ao segundo rótulo, é ele causa de muitos mal-entendidos.

É nos compêndios de estilística e retórica onde mais aparece o nome de Bally. Interessado, primeiramente, por questões de estilística elabora o monumental *Traité de stylistique française* no qual propõe que a estilística deixe de ser normativa para ser descritiva. O autor busca uma estilística da língua, propriamente lingüística, e não somente da literatura ou dos escritores. Mesmo que ratifique várias vezes que a diferença entre elas é mais aparente do que real.

Lembrar tal distinção torna-se importante porque enfatiza o fato de que não se trata de estudar o estilo artístico pessoal, mas o uso da língua para a expressão dos sentimentos. Na concepção do autor, “a estilística abarca toda a linguagem. Todos os fenômenos lingüísticos, desde os sons até as combinações sintáticas mais complexas podem revelar algum caráter fundamental da língua estudada” (Bally, s.d., p. 95). A definição de estilística empreendida por Bally é mais nitidamente oposta a outra definição de estilística como estudo científico do estilo de obras literárias.

Bally desenvolve uma lingüística da fala, talvez a que faltou ser feita pelo mestre. O autor parte de um princípio: a linguagem é apta a expressar sentimentos e pensamentos e é objeto próprio da estilística estudar a expressão dos sentimentos. Isso significa que a estilística deve se preocupar com a presença da enunciação no enunciado e não com o enunciado propriamente dito.

Bally distingue, ainda, os *efeitos naturais* e os *efeitos de evocação do meio* para diferenciar a informação sobre os sentimentos experienciados pelo locutor – normalmente, manifestados na escolha lexical – da informação sobre o seu meio lingüístico, ou seja, certas palavras e/ou construções sintáticas que podem ser percebidas como identificadoras do meio no qual são mais frequentes. Em ambos, há formas semelhantes de expressão do pensamento, mas distinta expressividade afetiva.

A estilística de Bally é um estudo que busca, na investigação dos processos lingüísticos através dos quais o falante se expressa, dar conta do caráter coletivo da expressividade lingüística. Diretamente influenciado por Saussure, Bally assume as distinções língua/fala, sincronia/diacronia e paradigma/sintagma conduzindo-as, enquanto princípios metodológicos, a uma verdadeira abordagem da língua viva, no seu uso cotidiano e oral, com estudos basicamente voltados à fonética, ao uso lexical e às construções sintáticas.

Soma-se a isso o grande interesse de Bally pelas questões pedagógicas de ensino da língua materna. Na introdução do *Traité de stylistique française* reforça o caráter pedagógico da estilística se colocando no terreno das questões de aprendizagem da língua. Sob esse aspecto sua estilística é inovadora, mostrando a inadequação do estudo da linguagem baseado em noções como a de “certo” e a de “errado”.

Uma de suas principais teses diz respeito à transitoriedade e à incompletude do sistema lingüístico. A partir da oposição saussuriana entre língua e fala, considera Bally que a língua, como padrão lingüístico, é base para o discurso, opondo a virtualidade da língua à realização da fala.

Bally vê na oração duas partes: a do *dictum*, base da oração, e a do *modus*, operação do falante sobre o *dictum*. Como bem lembra Auroux (1998, p. 42), “o próprio da linguagem humana é ser falada por sujeitos, situados *hic et nunc*, que não se contentam com exprimir um conteúdo representativo, mas atribuem um ponto de vista sobre esse conteúdo”. Para Bally, a frase comporta um *dictum* correlativo dessa representação e um *modus* correlativo à avaliação modal de quem fala.

Língua, para Bally, é um conceito oriundo daquele formulado por Saussure, mas com certa amplitude já que leva em consideração a atividade do sujeito falante. Diz ele: “se a língua é o acervo dos signos e das relações entre os signos, enquanto que todos os indivíduos lhes atribuem os mesmos valores, a fala é o funcionamento desses signos e de suas relações para expressar o pensamento individual: é a língua em ação, a língua realizada” (Bally, s.d., p. 118). Assim, se a estilística estuda *os fatos da expressão do ponto de vista de seu conteúdo afetivo* então a subjetividade, pensada em termos de emotividade, está inscrita na língua e, em especial, na língua falada em situações concretas de comunicação.

É, também, bastante clara a influência do anti-intelectualismo de Bergson na abordagem da língua proposta por Bally. Bergson vê a natureza do homem como um todo espiritual em constante busca de interação emocional com o universo. A língua, nessa concepção, está numa relação íntima com a vida. Daí o belo título da reunião de ensaios publicada em 1913: *Le langage et la vie*.¹² No uso lingüístico, há a possibilidade de o falante expressar seus impulsos. A expressividade constitui todo o enunciado, não é, pois, pura

¹² A respeito especificamente da relação entre Bally e Bergson e do livro *Le langage et la vie*, vale lembrar o excelente artigo de J. Medina *Charles Bally: de Bergson à Saussure* publicado em *Langages* 77 (cf. bibliogr.).

comunicação do pensamento. No entanto, a preocupação de Bally é estritamente lingüística e não psicológica. O objeto da estilística é a expressão da fala e não o pensamento em si.

Do ponto de vista metodológico, a perspectiva adotada é a de se colocar a partir de uma língua particular – no caso o francês. Soma-se a isso a ênfase na fala oral cotidiana.

Em decorrência do que foi dito, pode-se afirmar: há uma teoria da enunciação em Bally que não está restrita à oposição *dictum/modus*. Mais do que isso, ela distingue a manifestação do sujeito falante em categorias gramaticais específicas da presença suposta nos empregos de classes gramaticais. Além disso, a teoria de Bally integra ao estudo da língua o contexto lingüístico, desenvolvendo temas (*thème/propos*) que viriam a constituir fortes orientações da lingüística textual iniciada pela Escola de Praga.

Em termos epistemológicos tem-se um precursor. Entre Bergson e Saussure está Bally. Como afirma Medina (1985, p. 101), as posições dos dois autores são inconciliáveis e durante as sucessivas edições de *Le langage et la vie* Bally oscila entre um e outro: *tudo se passa como se Bergson fornecesse a Bally uma base de reflexão a partir da qual ele pode aceitar e mesmo integrar o pensamento de Saussure*. Em *Linguistique générale et linguistique française*, Saussure é retomado em especial a partir dos conceitos de arbitrariedade e motivação. De qualquer forma, vale lembrar ainda com Medina (1985), que esses conceitos constituem a originalidade da estilística de Bally: através de seu método, ele pode ser definido como um lingüista que não se contenta com uma simples referência formal a Saussure,¹³ ao mestre, mas que faz do *Curso de lingüística geral* fonte de inspiração para outras finalidades.

Duas questões sobram das reflexões feitas para as quais apenas delinearei as respostas: o que é enunciação para Bally? Que noção de sujeito está aí implicada? Conforme Auroux (1998), “a analisabilidade em *dictum + modus* é constitutiva de qualquer enunciado lingüístico e, logo, de qualquer comunicação em língua natural” (p. 43). Assim, a enunciação comporta a conversão da análise lógica da frase em análise que considera o sujeito que fala. Soma-se a isso o fato de que é essencial para Bally distinguir entre o sujeito falante manifestado explicitamente (*modus* em que o sujeito se identifica ao sujeito falante) de sua presença implícita (*modus implícito*). Há separação, então, entre sujeito falante e sujeito modal.

¹³ *Le langage et la vie* é publicado com registro de homenagem a Ferdinand de Saussure.

4.2 O lingüista da comunicação: Roman Jakobson

Como bem lembra Pomorska e Rudy (1992), Jakobson é autor de mais de seiscentas publicações entre livros e artigos, portanto, dificilmente pode ser representado adequadamente em uma introdução.¹⁴ Jakobson interessava-se por muitos temas: o folclore, a poesia, a fonologia, a crítica literária, entre outros. É certamente impossível retomar tudo o que esse lingüista fez numa magnífica carreira com tantos interesses, cada um dos quais é suficiente para ocupar a atenção de qualquer leitor.

Logo, por motivos óbvios, será abordada aqui apenas a teoria que considero importante para os estudos de enunciação, em especial, a partir da definição dos *shifters* e das funções da linguagem.

Nascido a 11 de outubro de 1896 em Moscou, Jakobson é figura importante, durante o século XX, na divulgação de trabalhos que buscam intersecção da lingüística com a poética. Exemplo disso é sua participação na criação do Círculo Lingüístico de Moscou (CLM), em 1915; do Círculo Lingüístico de São Petesburgo (CLSP), em 1917; e do Círculo Lingüístico de Praga (CLP), em 1926.¹⁵ Deste último sairiam as grandes teses estruturalistas (1929), principalmente, com relação à fonologia.¹⁶

Conforme Dosse (1993), o êxito do estruturalismo na França deveu-se, em grande parte, ao resultado do encontro entre Claude Lévi-Strauss e R. Jakobson.¹⁷ Por um lado, Lévi-Strauss adota o modelo fonológico de Jakobson; por outro lado, Jakobson abre a lingüística para a antropologia. No capítulo *A linguagem comum dos lingüistas e dos antropólogos*, publicado em *Lingüística e comunicação*,

¹⁴ Boa parte dessa obra está reunida, em inglês, em sete volumes: os *Selected Writings*. Vol I: *Phonological studies*; Vol II: *Word and language*; Vol III: *Poetry of grammar and grammar of poetry*; Vol IV: *Slavic epic studies*; Vol V: *On verse, its masters and explorers*; Vol VI: *Early slavic paths and crossroads*; Vol VII: *Contributions to comparative mythology. Studies in linguistics and philology*. Para uma relação completa da obra de Jakobson, ver: RUDY, S. *A complete bibliography of Roman Jakobson's writings, 1912-1982*. Berlin-Amsterdã-Nueva York: Mouton, 1984.

¹⁵ O Círculo Lingüístico de Praga foi fundado em 6 de outubro de 1926 com a participação de lingüistas como Mathesius e Troubetzkoy, entre outros. (Cf. Kristeva, 1978).

¹⁶ Em 1939, é publicado o *Princípios de fonologia* de Troubetzkoy.

¹⁷ Também segundo Frank (1992), “parte da fama de Jakobson pode certamente ser atribuída ao acaso histórico. Foi um acidente, mas um felicíssimo acidente, que ele estivesse ensinando na mesma École Libre des Hautes Études, fundada em Nova York durante a segunda guerra mundial por refugiados franceses e belgas, onde Lévi-Strauss estava também dando cursos de antropologia. Cada um seguia os cursos do outro e Lévi-Strauss, em conseqüência, começou a ver como as idéias lingüísticas de Jakobson poderiam ajudá-lo a resolver alguns dos problemas antropológicos com que estava lutando. Foi esse encontro que deu nascimento ao estruturalismo francês” (Frank, 1992, p. 5).

Jakobson fala da teoria matemática da comunicação e da teoria da informação nos progressos da lingüística desde Peirce e Saussure. Para ele, deve-se abrir a lingüística à significação. Através dessa atitude, há a abertura para a antropologia.

No entanto a relação de Jakobson com a antropologia é anterior a Lévi-Strauss. Situa-se na dupla filiação de Jakobson à lingüística européia e à lingüística norte-americana, baseada esta na antropologia para o estudo das línguas ameríndias. A influência saussuriana deve-se à leitura do CLG, datada de 1920, em Praga, portanto, em época anterior ao Círculo Lingüístico de Praga. São, porém, os trabalhos de Meillet, conhecidos através de Troubetzkoy entre 1914-1915, que em primeiro lugar chegam a Jakobson.

As teses de 1929 estão na intersecção do estruturalismo saussuriano e da fenomenologia de Husserl. De Saussure foi incorporada a noção de *estrutura*, anunciada no CLG no conceito de sistema, de Husserl foi tomada a atitude "lógica que permite ao ego estabelecer simultaneamente um ser exterior a sua consciência julgadora e a unidade dessa própria consciência" (Cf. Kristeva, 1978). Essa segunda filiação permite aos lingüistas de Praga elaborar, com exclusividade, uma reflexão sobre a função poética da linguagem. "A poesia é não só oposta à função comunicativa da mensagem verbal ordinária, mas concebida como residindo na atitude particular do falante e do destinatário em relação a essa mensagem" (idem).

Há nas teses de Praga, por outro lado, uma certa distância de Saussure principalmente no que diz respeito à funcionalidade do conceito de língua e à divergência do corte entre diacronia e sincronia. Jakobson prefere a noção de sincronia dinâmica, pois, para ele, Saussure vê a língua como sistema (sincronia) que se opõe ao desenvolvimento histórico (diacronia). Há uma oposição estático/dinâmico. Jakobson considera que tal oposição é falsa, visto que exclui a função do tempo no momento presente da língua e, portanto, cria uma divisão errônea entre o passado e o presente da língua nos processos lingüísticos.¹⁸

Jakobson pode ser considerado um dos primeiros lingüistas a pensar sobre as questões de enunciação porque sua teoria das funções da linguagem e seu trabalho sobre os *shifters* são algumas das primeiras sistematizações que se tem em lingüística sobre o lugar do sujeito na língua.

¹⁸ Cf. JAKOBSON, R. *El signo y el sistema de la lengua: una reafirmación de la doctrina de Saussure*. In: ——. *Arte verbal, signo verbal, tiempo verbal*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.

A teoria das funções da linguagem supõe um sujeito. Quem é esse sujeito capaz de falar e de ter diferentes atitudes em relação a diversos aspectos da mensagem? Eis aí a influência fenomenológica no trabalho de Jakobson.

A bem da verdade, o primeiro a tratar das funções da linguagem não é Jakobson, mas o psicólogo alemão Karl Bühler (1934). Bühler foi devidamente apresentado aos meios acadêmicos do Brasil através dos excelentes *Princípios de lingüística geral* e *História da lingüística*, ambos de Mattoso Câmara. Segundo Câmara (1990), embora discípulo de Saussure, no que diz respeito ao aspecto estrutural da linguagem, sua natureza e a necessidade de distinguir entre sincronia e diacronia, Bühler se afasta de Saussure ao considerar, ao lado da representação (aspecto intelectual da linguagem), um aspecto não intelectual da linguagem, dividido num esforço de chamar a atenção do ouvinte e um modo de dar vazão ao mundo íntimo emocional do falante. As funções implicadas nesse processo são: a de representação, a de apelo e a da expressão.

Conforme Ducrot e Todorov (1988), "Bühler conserva de Humboldt a idéia de que o essencial numa linguagem é um certo modo de atividade do espírito humano. Mais precisamente, tenta conciliar essa idéia com o dogma saussuriano de que um estudo da língua é anterior ao da fala". Estão implicados no esquema de Bühler, o mundo (o conteúdo do qual se fala), o locutor (aquele que fala) e o destinatário (com quem se fala). Por esse motivo, o enunciado lingüístico é, essencialmente, o ato de significar algo (representação) por alguém (o locutor) a outro alguém (destinatário). Tem-se aí três funções da linguagem: representativa, apelativa e expressiva.

O esquema de Bühler foi retomado por Jakobson.¹⁹ Além das funções representativa, apelativa e expressiva (do mundo, do locutor e do destinatário) – rebatizadas por Jakobson de referencial, expressiva e conativa – são acrescentadas a metalingüística, a poética e a fática (referentes ao código, à mensagem e ao contato).²⁰ O texto de Jakobson que, no Brasil, melhor apresenta as funções é

¹⁹ Diz Jakobson: "o modelo tradicional da linguagem, tal como o elucidou Bühler particularmente, confinava-se a essas três funções – emotiva, conativa e referencial – e aos três ápices desse modelo – a primeira pessoa, o remetente; a segunda pessoa, o destinatário; e a terceira pessoa propriamente dita, alguém ou algo de que se fala" (Jakobson, 1974, p. 126).

²⁰ "Embora distingamos seis aspectos básicos da linguagem, dificilmente lograríamos, contudo, encontrar mensagens verbais que preenchessem uma única função. A diversidade reside não no monopólio de algumas dessas diversas funções, mas numa diferente ordem hierárquica de funções" (Jakobson, 1974, p. 123).

*Linguística e poética.*²¹ Nele, o autor dá pequena descrição linguística correlativa ao modelo proposto: a) função emotiva (as interjeições são o *estrato puramente emotivo da linguagem*); b) função conativa (expressa no vocativo e no imperativo); c) função referencial (quando se tem a criação de contextos comuns através da representação, serve para transmitir uma informação sobre o contexto); d) função fática²² (trocas linguísticas através de fórmulas ritualizadas: "Alô, está me ouvindo?"); e) função metalinguística (glosas como "não estou compreendendo – que quer dizer?"); f) função poética (aquela em que a mensagem se volta para si mesma).²³

Segundo Frank (1992), um dos objetivos de Jakobson com esse ensaio era argumentar a favor da importância de se estudar a função poética da linguagem. Através da distinção entre metáfora e metonímia, define o processo da função poética enquanto um aspecto expressivo da própria linguagem. A metáfora é baseada em relações de similaridade ou equivalência, a metonímia em relações de contigüidade. "A função poética projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo de combinação" (Jakobson, 1974, p. 130). O eixo de seleção "implica a possibilidade de substituir um (termo) pelo outro, equivalente ao primeiro num aspecto e diferente em outro" (idem, p. 40); o eixo de combinação implica "que qualquer unidade linguística serve, ao mesmo tempo, de contexto para unidades mais simples e/ou encontra seu próprio contexto em uma unidade linguística mais complexa" (idem, p. 39). Na linguagem poética, "a escolha dos termos é determinada por relações de simetria ou disimetria, ou ligações metafóricas, que têm precedência sobre a estrutura sintática necessária à transmissão da mensagem" (Frank, 1992, p. 14).

Em que sentido se pode considerar a teoria das funções da linguagem um estudo de enunciação? Evidentemente num sentido bem amplo, pois subjaz a essa perspectiva a teoria da comunicação acompanhada de uma perspectiva de língua enquanto código, questões essas ausentes das teorias da enunciação propriamente ditas. No entanto, não se pode negar que Jakobson é pioneiro na

²¹ Cf. Jakobson, 1974.

²² "É também a primeira função verbal que as crianças adquirem; elas têm tendência a comunicar-se antes de serem capazes de enviar ou receber comunicação informativa" (Jakobson, 1974, p. 127).

²³ Vale lembrar outro texto de Jakobson, *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia*, que anuncia (cf. cronologia) o trabalho com as funções a partir da problemática das afasias. Quanto à função metalinguística, diz o autor: "o recurso à metalinguagem é necessário tanto para a aquisição da linguagem como para seu funcionamento. A carência afásica da capacidade de denominar constitui propriamente uma perda de metalinguagem" (Jakobson, 1974, p. 47).

sistematização de um modelo que inclui a atividade da fala. O sujeito que nesse quadro tem lugar é o sujeito falante, mesmo que, em linhas gerais, se possa considerar as funções da linguagem como representações linguísticas daquele que fala.²⁴

Mas é com o estudo dos *shifters* que Jakobson realmente sistematiza um trabalho enunciativo da linguagem.²⁵ Na primeira parte do texto, o autor apresenta quatro tipos de relações entre o código e a mensagem, ancoradas na teoria da comunicação. Código e mensagem podem ter funcionamento desdobrado: ou podem ser tratados como objeto de emprego, ou como objeto de referência.

A estrutura desdobrada tem a seguinte configuração: a mensagem pode remeter ao código (M/C); a mensagem pode remeter a outra mensagem (M/M); o código pode remeter ao código (C/C); o código pode remeter à mensagem (C/M). O primeiro caso Jakobson exemplifica com a sinonímia e a tradução; o segundo é o caso do discurso citado; o terceiro caso é do nome próprio; e o último é propriamente o caso dos *shifters*, os pronomes pessoais, por exemplo.²⁶ Às relações (M/M) e (C/C) Jakobson chama de circularidade; às relações (M/C) e (C/M) chama de imbricações. Os *shifters* são precisamente esses elementos do código que remetem à mensagem.

Lembrando a classificação peirceana dos signos em símbolos, índices e ícones, Jakobson considera dois aspectos dessa classificação: um símbolo associa-se ao objeto representado através de uma regra convencional; um índice está em relação de existência com o que representa (o ato de apontar para). Em outras palavras, a convencionalidade da regra diz respeito ao código; a relação existencial com o objeto diz respeito à mensagem. Os *shifters* combinam as duas funções: são símbolos-índices.

²⁴ Diz Auroux (1998, p. 41): "o modelo de Jakobson foi muitas vezes utilizado e frequentemente comentado. Seu principal defeito é o de pressupor que a linguagem humana possui a estrutura de um código e que há sempre mensagens preestabelecidas a codificar de modo perfeitamente definido *a priori*".

²⁵ Publicado, originalmente, em inglês, em 1957, com o título *Shifters, verbal categories, the russian verb*, este artigo recebeu tradução para o francês, em 1963, e integra a publicação de *Essais de linguistique générale*. *Shifters* foi traduzido por Nicolas Riwet com o título *embrayeurs*, termo este que recebeu tanta notoriedade quanto o primeiro. Em português, recebeu várias traduções – embreantes, embreadores, etc. (cf. Lahud, 1979) – no entanto, optei por manter o termo em inglês.

²⁶ No final da primeira parte do texto Jakobson dá o seguinte exemplo: "João me explicou que 'pelanca' quer dizer 'carne'. Neste breve enunciado estão compreendidos os quatro tipos de estruturas duplas: o discurso indireto (M/M), uma mensagem autonímica (M/C), um nome próprio (C/C) e os *shifters* (C/M), isto é, o pronome de primeira pessoa e o tempo passado do verbo, assinalando um acontecimento anterior à enunciação da mensagem" (Jakobson, 1963, p. 180).

Jakobson exemplifica muito bem isso através dos pronomes pessoais: no pronome *eu* há aquilo que remete ao código, à regra convencional, e aquilo que remete à mensagem. Quanto ao código diz ele: “por um lado, o signo “Eu” não pode representar seu objeto sem estar associado a ele “por uma regra convencional” e, em códigos diferentes, o mesmo sentido é atribuído a diferentes seqüências, tais como “je”, “ego”, “ich”, “I”, etc.: das quais “Eu” é um símbolo” (Jakobson, 1963, p. 179). Quanto à mensagem: “por outro lado, o signo ‘Eu’ não pode representar seu objeto se não estiver ‘em uma relação existencial’ com esse objeto: a palavra ‘eu’, designando o enunciador, está em uma relação existencial com a enunciação, na qual funciona como um índice” (idem).

O autor faz ainda uma discussão em torno da existência ou não de significação geral para os *shifters*.²⁷ Para ele, “muitas vezes se pensou que o caráter particular do pronome pessoal e dos outros *shifters* residia na ausência de uma significação geral única e constante” (idem). Em função dessa multiplicidade de significações contextuais, os *shifters* foram considerados meros índices, ao contrário dos símbolos. Jakobson considera que há significação geral própria aos *shifters*: “assim, ‘eu’ designa o destinador (e ‘tu’ o destinatário) da mensagem à qual pertence” (idem).

Os *egocentric particulars* de Russel são assim chamados pelo fato de não se aplicarem nunca a mais de uma coisa por vez. Segundo Jakobson, “isso é comum a todos os termos sincategoremáticos” e exemplifica com a conjunção “mas” que, segundo ele, “só exprime uma relação adversativa entre dois conceitos dados de cada vez e não a idéia geral de contrariedade” (p. 179). Isso leva-o a concluir que “a única coisa que distingue os *shifters* de todos os outros constituintes do código lingüístico é o fato de que remetem obrigatoriamente à mensagem” (p. 179). A designação é, nesses termos, o aspecto índice do *shifter*.

Os pronomes pessoais são símbolos-índices em que o código e a mensagem se entrelaçam. “Essa complexidade explica porque os pronomes estão entre as aquisições mais tardias da linguagem infantil e entre as primeiras perdas da afasia” (p. 180).²⁸

Na segunda parte do texto, Jakobson propõe a classificação das categorias verbais com base numa dupla distinção: a primeira

entre a enunciação (a) e o seu objeto – a matéria enunciada, o enunciado (e); a segunda, entre o ato ou processo (C) e os protagonistas (T). Tomando em consideração essas distinções temos: (a) enunciação; (e) enunciado; (C) ato ou processo; (T) protagonistas.

As categorias verbais podem ser de dois tipos conforme impliquem ou não os protagonistas do processo. Quando da caracterização de somente um termo do enunciado (Ce ou Te) se tem os “designadores”, quando da caracterização de um termo com outro do enunciado (Ce /Ce ou Te /Ce) se tem os “conectores”. Ambos podem ser referidos ao processo de enunciação (Te/Ta, por exemplo); a esses Jakobson denomina de *shifters*. Nesse contexto, a enunciação é o diferencial entre um *shifter* e um *não-shifter*. Observe-se o quadro abaixo:²⁹

| | T implicado | | T não implicado | |
|--------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| | Designador | conector | Designador | conector |
| <i>Não-shifter</i> | Te (gênero e número) | TeCe (voz ou diátese) | Ce (estado e aspecto) | CeCe (ordem) |
| <i>Shifter</i> | Te/Ta (Pessoa) | TeCe/Ta (modo) | Ce/Ca (tempo) | CeCea/Ta (evidência) |

Como se pode ver, o que distingue um *shifter* de um *não-shifter* é a referência ou não à enunciação. A diferença entre esta parte do texto e a anterior é que, na primeira, os *shifters* são definidos como elementos do código que remetem à mensagem (C/M) e, na segunda, como aqueles que remetem à enunciação (a).

O estatuto da enunciação numa teoria como a de Jakobson é o de atividade pela qual se manifesta a presença codificada do locutor no interior do enunciado. Em outras palavras, há uma certa disparidade nas definições de *shifters* presentes nas duas partes do texto. Na primeira, a relação do código à mensagem (C/M) enfatiza o aspecto índice e o aspecto símbolo dos *shifters*. Na segunda, a remissão à enunciação é condição para a existência de um *shifter*.

Como bem lembra Lahud (1979), dizer que um *shifter* é constituído pela remissão do código à mensagem (C/M) não é sinônimo de dizer que é enunciado que remete à enunciação: “em todo caso, não é código-mensagem, mas enunciado-enunciação que realmente conta na descrição efetiva dos *embrayeurs* de Jakobson” (p. 114).

Finalmente, gostaria de lembrar que fiz um recorte de abordagem das teses de Jakobson, enfatizando aspectos de sua teoria

²⁷ A referência aqui é a Husserl e também aos *egocentric particulars* de Russel. Cf. RUSSEL, B. *An inquiry into meaning and truth*. Baltimore: Penguin Books, 1967.

²⁸ Nesse momento Jakobson faz uma bela reflexão sobre as dificuldades que a criança tem para usar os pronomes pessoais. Para ele, a criança aprendeu a se identificar com um nome próprio, motivo pelo qual não é fácil se habituar aos pronomes pessoais (p. 180).

²⁹ Este quadro é uma síntese feita a partir do texto de Jakobson, da leitura de Lahud (1979) e da excelente descrição proposta por Bechara (1999) para o português.

das funções da linguagem e dos *shifters*. Isso de forma alguma esgota o pensamento deste autor. Gostaria de concluir esta parte lembrando as belas palavras de Frank (1992), com as quais concordo na íntegra: “muitos continuarão esta conversa sobre o fisicamente ausente, mas indelevelmente presente Roman Jakobson, que com o trabalho de sua vasta vida propiciará inspiração a outros ainda por muitos anos” (p. 18).

4.3 A lingüística comporta a enunciação: Emile Benveniste

Emile Benveniste talvez seja o primeiro lingüista, dentro do quadro saussuriano, a desenvolver um modelo de análise da língua especificamente voltado para a enunciação. O lugar desse autor é singular dentro do contexto histórico em que suas reflexões foram produzidas. Trata-se do apogeu do estruturalismo nas ciências humanas como método rigoroso de análise de fenômenos antes excluídos da investigação científica.

O estruturalismo moderno teve seu início com Saussure – em especial, com a leitura hjelmsleviana de Saussure – a partir da clássica dicotomia *langue/parole*. O objeto aí concebido não deveria ser estudado em termos de especificidade individual, mas enquanto sistema de relações internas do qual se deveriam reter as leis de organização. Disso, resulta o objetivo de investigar as regularidades do sistema, abstraído, para tanto, toda referência à subjetividade.

Hjelmslev proporciona ao formalismo estrutural uma axiomatização radical, projetando para o campo semiótico a tese de que subjaz uma estrutura à ordem dos sistemas simbólicos. A *Glossêmica*³⁰ é responsável pela matematização da teoria lingüística. É na verdade o recurso às lógicas formais que possibilitaria a Hjelmslev elaborar as noções de forma e de substância para, a partir delas, pensar a estrutura como nível puramente combinatório. Os *Prolegômenos* se definem na articulação do empirismo lógico com o saussurianismo, na busca de uma teoria formal específica da estrutura da língua.

A teoria de Hjelmslev exerceu forte domínio sobre a intelectualidade da época. A ele filiam-se, cada um a seu modo, Greimas, Dubois, Barthes e Pottier, entre outros. É claro, portanto, o clima adverso com o qual se deparou Benveniste, quando da proposta em incluir os estudos da enunciação e por eles os da subjetividade

no objeto da lingüística, tendo por base o mesmo estruturalismo saussuriano. Justifica-se o fato de Dosse (1993) tê-lo tratado sob o rótulo da “Exceção Francesa” ou ainda de que Pavel (1990) somente se refira a ele quando trata da filosofia da linguagem na França.

Benveniste é um estruturalista,³¹ sua semântica é pautada pelos princípios estruturais.³² Em testemunho disso estão os numerosos artigos publicados em *Problemas de lingüística geral* (I e II) que retomam a teoria de Saussure. A esse respeito é pertinente lembrar a definição de *estrutura* e de *signo* ambas redefinidas a partir das próprias bases saussurianas.

Os textos que considero fundamentais para o estudo da sua teoria da enunciação estão também reunidos em *Problemas de lingüística geral I* (PLGI) e *Problemas de lingüística geral II* (PLGII). São eles:

- Em (PLGI):³³ *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956), *A subjetividade na linguagem* (1958), *As relações de tempo no verbo francês* (1959), *Os verbos de locutivos* (1958), *A filosofia analítica e a linguagem* (1963), *Os níveis da análise lingüística* (1964);
- Em (PLGII): *O antônimo e o pronome em francês moderno* (1965), *A linguagem e a experiência humana* (1965), *A forma e o sentido na linguagem* (1967), *Estrutura da língua e estrutura da sociedade, Semiologia da língua* (1969), *O aparelho formal da enunciação* (1970).

A perspectiva da semântica desenvolvida por Benveniste é apresentada em um texto, *Os níveis da análise lingüística*, que estabelece oposição entre dois níveis de significação: o semiótico e o semântico. Na tentativa de responder à pergunta “o que é a significação?”, Benveniste recorre à noção de signo para dizer que ela integra a noção de significação no estudo da língua. Isso é vinculado à idéia de língua como um sistema de signos, numa remissão clara a Saussure, para definir o signo como unidade semiótica, isto

³⁰ Não se pode deixar de registrar que Benveniste é um lingüista que mantém fortes laços com outras áreas como a filosofia analítica, a psicanálise, a sociologia, entre outras. A esse respeito vale lembrar os textos *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (1956) e *Estrutura da língua estrutura da sociedade* (1968).

³² Isso não quer dizer que Benveniste deixe de ampliar muitas das idéias estruturalistas ou até mesmo de subvertê-las. Normand (1996) considera-o um continuador de Saussure ao mesmo tempo que, com a inclusão das questões de subjetividade, tenta ultrapassá-lo. É adequada, portanto, a denominação de *neo-estruturalista* utilizada por Authier-Revuz para a Benveniste se referir (Authier, 1998, p. 16).

³³ Serão referidas, neste momento, as datas originais dos textos para que o leitor possa visualizar uma cronologia da obra de Benveniste, no entanto, sempre que se fizer alguma citação será das publicações brasileiras.

é, um elemento de dupla relação: como *unidade* que é submetida a uma ordem semiótica. *Unidade* porque decomponível do todo que é a linguagem e *submetida* porque limitada à ordem da significação.

Assim, o primeiro modo de significação corresponde ao nível “intringüístico”, onde cada signo é distintivo e significativo em relação aos demais. A esse nível Benveniste denomina de *semiótico*. Desse ponto de vista, não interessa a relação do signo com as coisas denotadas nem da língua com o mundo. Soma-se a isso o fato de os signos possuírem valores opositivos e por isso mesmo genéricos, dispostos por uma organização paradigmática.

O segundo modo de significação resulta da atividade do locutor que coloca a língua em ação e é denominado de *semântico*. O critério utilizado é o da comunicação para definir a palavra como a unidade de operações sintagmáticas que se realizam no nível da frase.

É necessário enfatizar a diferença percebida nos dois níveis quanto ao tratamento dado à referência. No semiótico, ela está ausente; no semântico, ela é definidora do sentido porque este se caracteriza pela relação estabelecida entre as idéias expressas sintagmaticamente na frase e a situação de discurso. A conclusão decorrente é que Benveniste, ao propor um nível de significação que engloba referência ao contexto e aos interlocutores, apresenta um modelo de análise da enunciação em que os interlocutores referem e co-referem na atribuição de sentido às palavras.³⁴

Essa distinção possibilita o entendimento da categoria de pessoa e dos conceitos de intersubjetividade e de enunciação, básicos em sua teoria.

Para estudar a subjetividade em Benveniste, é fundamental a ela juntar a discussão sobre a estrutura do sistema pronominal pessoal e sobre a enunciação. Em *Estruturas das relações de pessoa no verbo*, Benveniste diz que uma teoria lingüística da pessoa verbal deve ser feita com base na estrutura opositiva entre elas; por isso é que o autor distingue as duas primeiras pessoas (Eu e Tu) da terceira (Ele) a partir de duas correlações: a de *personalidade* e a de *subjetividade*.

A primeira separa o Eu/Tu – em que existe uma concomitância entre a pessoa implicada e o discurso sobre ela – do Ele – privado da característica de pessoa e caracterizado como a forma verbal para indicar a não-pessoa. Essa oposição é feita através de uma

³⁴ Resta ainda acrescentar que os termos “frase” e “palavra”, numa perfeita confirmação das reflexões do autor, adquirem, nesse contexto, o sentido amplo de “discurso” ou de “língua em ação” e não o sentido canônico dado pelas teorias do léxico ou da sintaxe.

tripla especificidade de Eu/Tu em relação a Ele.³⁵ A categoria de pessoa caracteriza-se pela sua unicidade, inversibilidade e ausência de predicação verbal.

A segunda correlação opõe Eu a Tu. Eu é interior ao enunciado, exterior a Tu e transcendente a este, portanto, é a única pessoa realmente subjetiva.

Disso conclui-se que, com Benveniste, a categoria de pessoa adquire outro estatuto, porque não basta defini-la em termos de presença/ausência do traço de pessoalidade, mas é necessário concebê-la em termos de subjetividade.

Isso fica bem mais claro em *A natureza dos pronomes* em que o autor ratifica a oposição anterior, mas no quadro de uma teoria pragmática da linguagem contemplativo da referência. A diferença entre a pessoa e a não-pessoa reside no tipo de referência que estabelecem. O par Eu/Tu pertence ao nível pragmático da linguagem, pois, definido na própria instância de discurso, refere à realidade distinta cada vez que enunciado, enquanto que o Ele pertence ao nível sintático, já que tem por função combinar-se com referência objetiva de forma independente da instância enunciativa que a contém.

Depreende-se daí que a unicidade decorrente do uso das formas Eu/Tu é conferida pela instância de discurso e a não-unicidade de Ele está ligada à sua independência com relação à enunciação. A dêixis, por sua vez, é vista como aqueles signos que, pertencentes ao paradigma do Eu, também fazem remissão à instância de discurso e só nela podem ser devidamente apreendidos. Assim concebida a noção de pessoa, imediatamente se percebe a presença de um tema bem mais complexo e não menos importante na obra de Benveniste, ou seja, o da subjetividade.

Em *Da subjetividade na linguagem* há a afirmação do caráter constitutivo da linguagem, através da impossibilidade de estabelecer oposição entre ela e o homem, negando conseqüentemente o aspecto instrumental da linguagem. Segundo Benveniste, opor o homem à linguagem é opô-lo à sua própria natureza: “[...] não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando com outro homem que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (1988, p. 285).

³⁵ A respeito do desdobramento da terceira pessoa, em Benveniste, ver o texto de Margareth Schäffer, nesta revista.

Nesse texto, é retomada a divisão do sistema pronominal em pessoa e não-pessoa porque o sujeito, nessa concepção, é produto de um jogo de interação dado pelo uso das formas lingüísticas que, pertencentes à língua, possibilitam a passagem de locutor a sujeito num processo de apropriação da língua. Textualmente, diz Benveniste: "É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade na sua realidade que é a do ser, o conceito de 'ego'." (1988, p. 286).

O fundamento da subjetividade é dado pela categoria de pessoa presente no sistema da língua através de determinadas formas (o pronome Eu, por exemplo). Entretanto, essa subjetividade é dependente da inversibilidade aludida quando do tratamento do par Eu/Tu. Tal inversibilidade assegura a intersubjetividade sem a qual não faz sentido falar de categoria lingüística de pessoa.

O fundamento intersubjetivo onde "[...] eu não emprego um eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu" (1988, p. 286) é constitutivo da pessoa em função da inversibilidade. Assim, "[...] a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso" (1988, p. 286) e ao outro como um Tu. Quando Benveniste diz que é "'ego' quem diz ego" se reporta a uma forma de representação lingüística que poderia ser parafraseada como *é o locutor que diz sujeito ao se apresentar como o eu do discurso*.

Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste concebe uma oposição entre a lingüística das formas e a lingüística de enunciação. À primeira caberia a descrição das regras responsáveis pela organização sintática da língua, ou seja, admite-se um objeto estruturado, devendo-se descrever as regras imanentes a ele. A segunda pressupõe a anterior e inclui no objeto de estudo a enunciação.

Para Benveniste, "[...] a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (1989, p. 82). Com essa afirmação, separa-se ao mesmo tempo o ato – objeto de estudo da *lingüística da enunciação* – do produto, isto é, o discurso. Esse ato é o próprio fato de o locutor relacionar-se com a língua a partir de determinadas formas lingüísticas da enunciação que marcam essa relação. Enunciar é transformar individualmente a língua – mera virtualidade – em discurso. A semantização da língua se dá nessa passagem. A enunciação, vista desse prisma, é produto de um ato de apropriação sobre a língua pelo locutor, e a partir do aparelho formal da enunciação, o qual tem como parâmetro um locutor e um alocutário. É a alocação que instaura o outro no emprego da língua.

Esse quadro teórico dá conta do processo de referenciação como parte da enunciação, isto é, ao mobilizar a língua e dela se apropriar, o locutor estabelece relação com o mundo via discurso, enquanto que o alocutário co-refere. Conforme Benveniste, "[...] o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. [...]. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno" (1989, p. 84).

Isso pode ser observado quanto à questão da pessoa em que tais índices não se produzem fora da enunciação: Eu como aquele que profere e Tu como o outro do processo alocutivo. Nesse quadro, incluem-se todos os índices de ostensão (dêixis).

A teoria de Benveniste não só acentua a subjetividade lingüística como também a condição da intersubjetividade na determinação de um quadro dialógico constitutivo da língua. É a intersubjetividade que viabiliza o uso da língua. O sujeito é constitutivo da língua porque sua existência dela depende e nela se realiza.

Em *Semiologia da língua* Benveniste aplica as noções de semiótico/semântico à questão da língua como um sistema diferente de signos dentro do conjunto de sistemas do qual faz parte. Rejeitando a concepção semiótica de Peirce, filia-se a Saussure para dizer que um signo deve ser compreendido dentro de um sistema cujas diferenças constituem a condição de *significância*. Sua recusa a Peirce se dá em função de que Saussure não concebe o signo como dependente de um único sistema de signos, mas que dada a condição de *significância* existem diferentes sistemas de signos, dentre eles aquele que Saussure elegera como objeto da lingüística: a língua.

É o caráter semiótico da língua que lhe dá unidade e funcionamento e que lhe define a natureza, integrando-a em um conjunto de sistemas semelhantes. A própria língua oferece o modelo de um sistema semiótico, concomitantemente, na estrutura formal e no funcionamento. Recorro a essa concepção porque ela confere à língua o lugar privilegiado de *interpretante* dos outros sistemas, visto que a língua exerce sobre estes uma espécie de *modelagem semiótica* atribuindo-lhes a qualidade de sistemas significantes: "[...] a natureza da língua, sua função representativa, seu poder dinâmico, seu papel na vida de relação fazem dela a grande matriz semiótica, a estrutura modelante da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação" (1989, p. 64). Isso se deve à distinção semiótico/semântico, na qual se percebe a simultaneidade da significância dos signos com a significância da enunciação.

Em linhas gerais, *subjetividade/intersubjetividade, pessoa e língua* são os conceitos mais elementares da teoria de Benveniste. No en-

tanto, a introdução que fiz de forma alguma esgota o pensamento benvenisteano. Este autor pertence ao grupo dos teóricos fundantes. Com ele algo de novo se dá no pensamento lingüístico contemporâneo. Questões que há muito freqüentam a pesquisa lingüística são reinterpretadas por Benveniste: os demonstrativos, os advérbios, o tempo verbal, os verbos de fala, os pronomes, as funções sintáticas de interrogação e de asserção, a modalidade, a dêixis em geral, entre outras.

Muitas são os temas que ainda devem ser retomados e amadurecidos a partir do raciocínio de Benveniste: o escopo da referência, principalmente, quanto à atribuição (ou não) de um ponto de vista ontológico aos índices de subjetividade; o lugar da sintaxe e da morfologia em uma reflexão de natureza enunciativa; a problemática da dêixis,³⁶ o estatuto dos elementos nominais (associados ao paradigma do Ele) em teoria da enunciação, entre outras.³⁷

4.4 O dialogismo: Mikhail Bakhtin

Apresentar a teoria do dialogismo de Bakhtin não é uma tarefa fácil e isso devido a alguns fatores que não podem ser minimizados, quais sejam, a amplitude de suas idéias, a discussão em torno da autoria de textos assinados com nomes de outros integrantes do círculo de Bakhtin, o desconhecimento que ainda se percebe da totalidade de seu pensamento e da diversidade de objetos de reflexão do autor.

Atualmente um grande número de publicações têm, de diferentes formas, recorrido a Bakhtin para tentar a validação de hipóteses extremamente díspares entre si. É possível encontrar as idéias

bakhtinianas desde em trabalhos de semiótica³⁸ dedicados ao estudo do cinema, até em trabalhos de literatura cuja ênfase recai em questões estéticas dos textos literários.³⁹ Se, por um lado, tal diversidade sinaliza para uma diferença radical de abordagens, por outro lado, indica uma postura relativamente compartilhada frente à obra do autor: a de que o princípio da intersubjetividade subjaz a todas as utilizações que se faz da teoria. Segundo este princípio, o sujeito se constitui frente ao outro em um processo de auto-reconhecimento pelo reconhecimento desse outro. Esse é, de certa forma, um princípio unificador que permeia toda a produção teórica em torno de Bakhtin e o motivo pelo qual acredito que deve figurar entre as teorias da enunciação.

Conforme Martins (1990), a comunicação, entendida como uma relação de alteridade, em que o *eu* se constitui pelo reconhecimento do *tu*, isto é, em que o reconhecimento de si se dá pelo reconhecimento do outro, “fundamenta sua investigação (de Bakhtin) em quase todas as áreas em que desenvolve alguma reflexão: teoria do conhecimento, teoria e história do romance, filosofia da linguagem, etc.” (1990, p. 18). No entendimento de Martins, a cada uma dessas áreas corresponderia respectivamente uma reflexão: a teoria do conhecimento seria contemplada pela noção de intertextualidade; a teoria do romance pelo conceito de polifonia e a filosofia da linguagem pelo estudo da enunciação.

O objetivo que tenho, aqui, é assinalar, ao menos em linhas gerais, o conceito de dialogismo enquanto uma reflexão que, situada fora dos domínios da lingüística – inclusive com posições, muitas vezes, críticas em relação a ela – contempla aquilo que a lingüística imanentista supõe ser uma exterioridade: o sujeito.

Nesse sentido, torna-se difícil ignorar a polêmica em torno da questão da autoria dos textos bakhtinianos, já que há concepções lingüísticas bastante diferenciadas entre si, conforme o trabalho do autor que esteja em análise. No entanto, restringir-me-ei a assinalar, em nota, a problemática da autoria, remetendo o leitor para a bibliografia que se dedica especificamente a esse tópico.

Os textos analisados, aqui, são: *Marxismo e filosofia da linguagem* (1988);⁴⁰ *Problemas da poética de Dostoiévski* (1981);⁴¹ *Gêneros do*

³⁶ Cf. FLORES, V.; SILVA, S. Aspecto verbal: uma perspectiva enunciativa do uso da categoria no português do Brasil. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

³⁷ Gostaria de registrar que não acho adequado tratar da enunciação, em Benveniste, apenas nos textos especificamente a ela dedicados, pois acredito que este seja um eixo de articulação de toda a obra do autor. Gostaria de lembrar os estudos sintáticos, lexicais, históricos, bem como aqueles ligados a outras áreas como a psicanálise e a filosofia da linguagem que integram a bibliografia benvenisteano. Defendo a idéia de que Benveniste nunca perdeu de vista o princípio de que não se pode conceber a linguagem em separado do homem. Opô-lo à linguagem é opô-lo a sua própria natureza, como ele mesmo diria. É verdade que a denominação de *lingüista da enunciação* é bastante adequada a este autor, porém é injusta quando aqueles que a empregam esquecem a grande parte de sua obra dedicada aos estudos comparativistas, sintáticos e culturais, apenas para citar estes. Parece-me oportuno esse registro já que fomos, recentemente, brindados com a publicação brasileira do *Vocabulário das instituições indo-européias* e sua referência ainda é rara na literatura da área. Tal preocupação é objeto de outro trabalho meu que se encontra no prelo.

³⁸ Ver: STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992.

³⁹ Ver o excelente trabalho de MACHADO, I. *O romance e a voz: a prosaica de M. Bakhtin*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

⁴⁰ Este livro é publicado em 1929 sob a autoria de Volochinov. Segundo Clark & Holquist (1984), os livros assinados por Volochinov a respeito da lingüística, de Freud e da teoria literária devem ser atribuídos a Bakhtin. Para eles, os textos disputados foram escritos por Bakhtin e, na tentativa de confirmar isso, os autores apresentam vá-

discurso (1992);⁴² *O problema do texto* (1992)⁴³ e *O discurso no romance* (1988).⁴⁴

O princípio geral do dialogismo é, portanto, formulado em vários livros de Bakhtin. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1988), Bakhtin (Volochinov) afirma que o signo é produto ideológico que reflete e refrata uma realidade que lhe é exterior. Assim, enfatiza o valor semiótico inerente ao signo, exatamente em função de sua constituição ideológica. Para ele, “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (p. 31). O problema aqui é a diferença entre corpo físico e produto ideológico (signo). Um corpo físico tem uma realidade material, é um instrumento de produção; entretanto, essa realidade material, quando é percebida como símbolo passa a ser também um produto ideológico, isto é, reflete e refrata uma outra realidade que não a material.

Neste livro, Bakhtin (Volochinov) apresenta as bases para uma filosofia marxista da linguagem, tomando por referência a crítica que faz a duas orientações do pensamento lingüístico-filosófico por ele denominadas, respectivamente de *subjetivismo idealista e objetivismo abstrato*. A teoria da enunciação comumente

rias evidências, tais como: depoimentos de pessoas próximas a Bakhtin, avaliação da metalíngua utilizada no livro (principalmente a marxista) e análise do momento histórico de sua publicação. No encontro disso está a apresentação feita por Marina Yagué na publicação francesa do livro (na qual se baseia a tradução brasileira) que afirma que “não há dúvidas quanto à paternidade de suas obras. O conteúdo se inscreve perfeitamente na linha de suas publicações assinadas e, além disso, dispomos de testemunhos diretos”. Entretanto, considero prudente atentar para as observações feitas em Morson e Emerson (1989) que apresentam fortes argumentos para que, no mínimo, se reconheça uma co-autoria com Volochinov e Medvedev.

⁴² Segundo Clark e Holquist (1984), sua primeira publicação é datada de 1929 sob o título *Dostoiévsky's creative works* (contemporâneo de *Marxismo e filosofia da linguagem*). Em português recebeu o título correspondente à segunda edição datada de 1963, que, de acordo com os biógrafos do autor, é considerada por Bakhtin a melhor edição.

⁴³ Editado originalmente sob este título, foi escrito entre os anos de 1952 e 1953. A publicação brasileira integra o livro *Estética da criação verbal* (1992).

⁴⁴ Escrito entre 1959 e 1961 e editado sob o título *O problema do texto nas áreas da lingüística, da filosofia, das ciências humanas – tentativa de uma análise filosófica*, integra a edição brasileira de *Estética da criação verbal*. Em francês, está colocado em anexo ao livro *Mikhail Bakhtin: le principe dialogique*, de Tzevetan Todorov (1981).

⁴⁵ Publicado em português em uma reunião (*Questões de estética e literatura*. São Paulo: Hucitec, 1988) e escrito entre 1934 e 1935, como o próprio título sugere, é bastante voltado para questões estilístico-literárias. Seu objetivo é eliminar a distância entre o formalismo e o ideologismo no estudo do texto literário. É neste livro que são formulados importantes conceitos como os de fenômenos pluriestilístico, plurivocal e plurilingüe.

atribuída a Bakhtin é vista como um produto da crítica feita a essas posturas teóricas.

No início do capítulo 4, o autor fala da linguagem enquanto objeto de reflexão da filosofia da linguagem. Afirma que, dadas as particularidades desse objeto, sua determinação empírica é geralmente remetida à configuração sonora da linguagem. Na opinião de Bakhtin (Volochinov), proporcionalmente, as *seduções do empirismo fonético superficial* nada acrescentam ao estudo da natureza real da linguagem enquanto código ideológico. Tratar a linguagem como fenômeno acústico, de produção de sons ou como atividade mental não dá conta do estudo da essência da linguagem.

A orientação denominada de *objetivismo abstrato* refere-se a Saussure e por isso receberá, aqui, maior atenção. Segundo o autor, a ela interessa o sistema de regularidades fonéticas, gramaticais e lexicais da língua que tem a função de garantir a unidade da língua. O objetivismo abstrato somente admite o ato individual de criação quando ligado a um sistema lingüístico imutável, em um dado momento histórico, e supra-individual. As leis desse sistema obedecem ao princípio da imanência. Existe, pois, “um fosso que separa a história do sistema lingüístico [...] da abordagem não histórica, sincrônica” (p. 79). Trata-se de uma noção de língua que considera a convencionalidade e a arbitrariedade do sistema lingüístico sem referência do signo à realidade ou ao indivíduo. O que interessa é a relação entre os signos, dentro do sistema do qual se deve explicar a lógica interna.

No decorrer do livro, Bakhtin (Volochinov) critica aquilo que chama de sistema de normas imutáveis. O objetivismo abstrato, ao afirmar que o sistema lingüístico constitui um fato externo à consciência individual, também afirma que é para a consciência individual que faz sentido falar de sistema de regras imutáveis. Entretanto, para Bakhtin (Volochinov), “se fizermos abstração da consciência individual subjetiva e lançarmos um olhar verdadeiramente objetivo [...] não encontraremos nenhum indício de um sistema de normas imutáveis” (p. 90). Na verdade, o autor está criticando a concepção sincrônica de estudo da língua, negando-se a admitir um momento de descrição atemporal: “o sistema sincrônico da língua só existe do ponto de vista da consciência subjetiva do locutor de uma dada comunidade lingüística em um dado momento da história” (p. 91). Na sua perspectiva, o objetivismo abstrato não percebe essa relação entre o sistema e a consciência individual, tendendo a afirmar a realidade e a objetividade imediatos da língua como sistema de formas normativas.

Bakhtin (Volochinov) vai mais longe em sua crítica ao acrescentar que a consciência subjetiva do locutor não se utiliza desse sistema, legando-lhe o estigma de ser apenas uma abstração: "tal sistema é uma mera abstração, produzida com dificuldade por procedimentos cognitivos bem determinados" (p. 92).⁴⁵ A proposta do filósofo é ver a língua imersa na realidade enunciativa concreta, servindo aos propósitos comunicacionais do locutor. Não importa a forma lingüística invariável, mas sua função em um dado contexto.

Essa concepção conduz Bakhtin (Volochinov) a uma direção oposta da identificada no objetivismo abstrato. A palavra (termo equivalente, algumas vezes, à linguagem no contexto bakhtiniano) em estado de dicionário não é uma realidade da qual o falante se vale para os seus propósitos comunicacionais: "[...] na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc." (p. 95).

Assim, toda a enunciação está impregnada de conteúdo ideológico e a separação, mesmo que apenas no plano teórico, entre a língua e o conteúdo ideológico não se justifica, visto que não encontra bases teórica e empírica precisas.

O autor afirma que o tributo da lingüística com a filologia confinou a análise da linguagem a um arcaísmo monológico. Com isso, quer chamar a atenção para um dos grandes equívocos do objetivismo abstrato, isto é, a crença de que é possível estudar a língua a partir de métodos e categorias que não contemplam a atividade dialógica.

Resumidamente, diria que Bakhtin (Volochinov) critica o privilégio da descrição formal, estática e normativa em detrimento do mutável; a desvinculação da palavra do contexto histórico real de utilização; o estudo das enunciações monológicas isoladas de maneira imanente e a descrição sincrônica desligada da evolução da língua. Por isso, Bakhtin (Volochinov) concebe a enunciação como produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, mesmo que o interlocutor seja uma virtualidade representativa da comunidade na qual está inserido o locutor e propõe, dessa forma, a idéia de interação verbal realizada através da enunciação. A uni-

⁴⁵ Em minha opinião, o sentido dado à descrição sincrônica em Saussure é perfeitamente coeso com o sistema conceitual do *Curso de lingüística geral*. Nele, a noção de generalidade é que pauta toda a investigação lingüística, ou seja, nesses termos, os fatos diacrônicos estão na língua, mas nada têm de geral e é por isso que Saussure não privilegia a descrição diacrônica. Acrescente-se a isso o fato de que Bakhtin (Volochinov) critica a ausência de historicidade na noção estruturalista de Saussure, porém, o que entende por história não é o que Saussure entende por diacrônico, assim, não vejo grande pertinência no procedimento adotado por Bakhtin (Volochinov).

dade fundamental da língua passa, assim, a ser o diálogo, entendido não somente no sentido aritmético do termo, mas como toda a comunicação verbal, independentemente do tipo.

Bakhtin (Volochinov) concebe, ainda, dois níveis de significação dialeticamente articulados: tema e significação. O tema é "o sentido da enunciação completa" (p. 128), sendo único, individual, não reiterável: "ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação" (p. 128). Para se contemplar o tema, não basta a análise morfológica ou sintática, mas é preciso também a dos elementos verbais da situação. A significação é constituída de "elementos da enunciação que são reiteráveis e idênticos cada vez que são repetidos" (p. 129). Os elementos que entram em sua constituição são abstratos, convencionalmente definidos e sem existência concreta. Em resumo, "o tema é um sistema de signos dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução. O tema é uma reação da consciência em devir ao ser em devir. A significação é uma aparato técnico para a realização do tema" (p. 129).

Sinteticamente, pode-se dizer que Bakhtin (Volochinov) faz o seguinte percurso: concebe o diálogo como a unidade real da linguagem, sendo que o diálogo é o produto da relação de alteridade existente entre duas consciências socialmente organizadas. Assim, para que o locutor se apresente enquanto tal é necessário que já seja uma consciência que se reconhece no outro: "aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores" (p. 147). Dessa forma, Bakhtin (Volochinov) une sua concepção de diálogo à de natureza ideológica, semiótica e lingüística da consciência, "a palavra vai à palavra" (p. 147).

Em *Problemas da poética de Dostoiévski* (1981), Bakhtin diz que seu objeto de estudo pertence à metalingüística, a qual, diferentemente da lingüística, trata do fenômeno do discurso em uma perspectiva que o considera na realidade concreta e viva. Ao contrário do que se poderia supor, em função do que diz em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin não desconsidera o estudo lingüístico saussuriano, mas adverte que o seu ponto de vista é diferente porque não é baseado em um objeto abstrato. Segundo ele, "as pesquisas metalingüísticas, evidentemente não podem ignorar a lingüística e devem aplicar os seus resultados [...] devem [as pesquisas] completar-se mutuamente e não fundir-se" (p. 157).

Para o autor, as relações dialógicas é que singularizam o romance polifônico⁴⁶ em relação aos demais. Entretanto, essa diferença não é da ordem do lingüístico *stricto sensu*, mas da metalingüística porque, embora as relações pertençam ao campo do discurso, não se reduzem à forma lingüística. Não pode haver relação de diálogo em um objeto abstrato (a língua), nem mesmo entre textos que sejam analisados apenas sob o prisma lingüístico, já que a transcendência do diálogo releva de aspectos contextuais não contemplados pela teoria lingüística.

No entanto, as relações dialógicas não podem ser separadas da língua enquanto fenômeno integral e concreto. Bakhtin introduz, aqui, a idéia de comunicação dialógica, dizendo que “a linguagem vive na comunicação dialógica daqueles que a usam” (p. 158). Tal concepção é básica para o autor, pois a partir dela argumenta que o diálogo não pode ser reduzido à descrição lógico-semântica. Por um lado, as regularidades lógicas são fundamentais para as relações dialógicas (pois tudo que é dito possui regularidade interna), mas, por outro lado, não se reduzem a elas, dada a sua especificidade. A condição para que as relações lógico-semânticas se tornem dialógicas é que sejam materializadas em discurso (enunciado) e assumidas por um autor do qual as regularidades expressam uma posição.

No livro *Gêneros do discurso* (1992), que, segundo Todorov (na introdução à publicação brasileira), “é algo como uma síntese das idéias lingüísticas de Bakhtin nos anos vinte” (p. 21), é possível reconhecer um Bakhtin bastante próximo daquele que escreveu *Problemas da poética de Dostoiévski*. Isso pode ser comprovado através de várias evidências de traços comuns aos dois livros, tais como: o reconhecimento da legitimidade da lingüística saussuriana, a concepção de um nível abstrato de significação,⁴⁷ a preocupação com as questões de estilo, entre outras.

⁴⁶ Conforme Machado (1995), o conceito de polifonia remete à radicalização do processo de descentramento da linguagem, tornando o romance uma manifestação múltipla. “Bakhtin não elabora um conceito de polifonia, mas desenvolve-o no conjunto de sua análise do romance como representação do homem que fala e discute idéias, no diálogo. Embora a teoria do romance de Bakhtin tenha se constituído a partir do romance polifônico, reconhece que nem todo romance é polifônico. Isso é primeiro em Dostoiévski. Nesse sentido, nem todo discurso bivocalizado é polifônico, que surge exatamente pela total ausência de um ponto de vista autoral dominante. Somente assim o debate de idéias acontece numa arena de confrontos constantes sem caminhar para uma conclusão. Como uma realização primordial do dialogismo, a polifonia não é apenas a expressão de um discurso bivocalizado. Na verdade a polifonia marca o posicionamento radicalmente inusitado do autor no romance.”

⁴⁷ Esse nível também está presente em *Marxismo e filosofia da linguagem*.

Os gêneros do discurso são discutidos à luz de uma concepção de enunciado como possibilidade de utilização da língua. O percurso feito por Bakhtin é basicamente este: a ação humana está diretamente ligada à utilização da língua. Como esta ação emana de determinadas esferas da atividade humana, a utilização da língua conseqüentemente reflete as condições e finalidades de cada uma. Este reflexo é perceptível no conteúdo temático, no estilo e na construção composicional do enunciado. A fusão desses três elementos no enunciado, em uma dada esfera, determina *tipos relativamente estáveis de enunciados*, ou seja, *os gêneros do discurso*.

O contraponto de Bakhtin é, nesse texto, a exemplo dos demais, a estilística. Desse ponto de vista, o autor propõe o estudo do estilo não mais em termos de oposição entre gênero e estilo, mas em termos de interação, isto é, as mudanças do estilo são inseparáveis das mudanças nos gêneros.

Esse problema é explicitamente estudado na segunda parte do livro. Nela, Bakhtin elabora uma severa crítica à lingüística do século XIX em função da supremacia atribuída ao locutor, minimizando o papel do outro na produção do enunciado.

Três pontos da teoria de Bakhtin são fundamentais tanto para a crítica feita quanto para a proposta elaborada. São eles: a atitude responsiva ativa, a compreensão responsiva ativa e a oposição oração/enunciado. Tratarei aqui apenas da última.

A oposição oração/enunciado é colocada da seguinte forma: a oração é uma unidade da língua, e como tal não possui existência real, entretanto, isso não impede que tenha um valor semântico (a significação). O enunciado é uma unidade da comunicação verbal que somente tem existência em um determinado momento histórico, porém, sua constituição não exclui a oração. O enunciado é exatamente a realização enunciativa da oração. O valor semântico do enunciado, por sua vez, é o sentido. A oração é neutra em relação a todo o conteúdo ideológico, sua estrutura é de natureza gramatical; já o enunciado não é neutro, seu conteúdo veicula determinadas posições, devido às esferas em que se realiza. Existe outro elemento que distingue a oração do enunciado, qual seja, o enunciado implica referência ao sujeito, enquanto que a oração não. Pode-se elencar critérios para se identificar um enunciado. São eles: a alternância de sujeitos, o acabamento e a relação do enunciado com o próprio locutor e com os outros parceiros da comunicação verbal.

Em *O problema do texto* (1992), o autor, a exemplo de outros livros seus, admite que a um texto sempre subjaz um sistema convencional (a língua) que garante a compreensão entre os integrantes

tes de uma determinada comunidade. Porém, isso não deve levar a crer que Bakhtin detém-se nesse sistema. Seu objeto é, antes, a individualidade, pois o sistema não pode contemplar o irrepitível. O sistema é o repetível, o diálogo é o irrepitível. Pode-se perceber que, nessa atitude, são unidas as noções desenvolvidas no livro *Os Gêneros do Discurso* a respeito da oração e do enunciado. A oração pertence ao sistema, à língua. O enunciado é da ordem do dialógico, do irrepitível.

Finalmente, em *O Discurso no Romance* (1988), Bakhtin elabora uma crítica à lingüística e à filosofia da linguagem que, ao postular uma relação simples do locutor consigo mesmo e para com "sua língua", concebem a língua e o indivíduo de forma monológica.

Para Bakhtin, a unidade de análise da linguagem é o enunciado entendido como realização lingüística em que está implicado o eixo dialogismo-subjetividade-enunciação. A relação entre as idéias de Bakhtin e a lingüística é de pressuposição mútua (cf. oração/enunciado). Entretanto, é necessário considerar que o escopo da metalingüística é o excedente da lingüística, ou seja, o eixo dialogismo-subjetividade-enunciação é o excluído do campo da lingüística clássica. Acrescente-se a isso o fato de que Bakhtin concebe a referência ao sujeito como sendo um dos elementos que distingue o enunciado da oração, enquanto Saussure não trata do sujeito.

Qual o estatuto do sujeito na obra de Bakhtin? O sujeito, em Bakhtin, é um conceito que está ligado a outras concepções e aos objetos de reflexão do autor. Em cada caso, percebe-se que a relação de diferença básica entre a lingüística e a metalingüística permanece sendo a questão do sujeito. Como não fiz uma resenha do pensamento de Bakhtin que possibilite falar dos diferentes objetos sobre os quais trabalha, também não tratarei dessas concepções. Entretanto, cabe dizer que tanto nos textos dirigidos à literatura como naqueles dirigidos à teoria do conhecimento e da linguagem está presente a idéia de um sujeito que somente tem existência quando contemplado na intersubjetividade. Resumidamente diria que a pluriacentuação do discurso é um fator de interlocução no qual o sujeito se constitui intersubjetivamente.

Para ele, não existe um objeto de discurso que já não seja diálogo, pois não há uma fala original. No dito co-existe o já-dito. O sujeito enquanto autoconsciência, dada a partir do reconhecimento do outro, se dá sobre o discurso em cujo enunciado está contida uma resposta, ele é *prenhe de resposta*.

A idéia de compreensão ativa é particularmente ilustrativa. Ela é sempre um significado lingüístico de uma enunciação sobre a língua e sobre um já-dito. A transmissão da palavra de outrem,

enquanto objeto de transmissão interessada, é sempre parcial. Nesse sentido, até uma palavra é dialógica, contém a voz do outro, e, conseqüentemente o diálogo é bem mais do que uma simples contraposição aritmética de vozes. O discurso possui uma dupla relação: com o outro objeto e com o discurso de um outro. Isso é a orientação significativa do outro discurso no discurso do sujeito.

A consciência de si é sempre presente na consciência que o outro tem do locutor. O "eu para si" no qual subjaz o "eu para o outro" é, na verdade, a confirmação da tese de que as vozes constituem a consciência do sujeito e que este, por sua vez, fala a partir do discurso do outro, com o discurso do outro e para o discurso do outro. Na voz do sujeito está a consciência que o outro tem dele.

Em Bakhtin, o sujeito é uma autoconsciência que se constitui reflexivamente pelo reconhecimento do outro no discurso. É essa instância superior que determina a compreensão. Cada diálogo acontece de acordo com a compreensão-resposta do terceiro que, no diálogo, tem uma forma não-aritmética, que dá existência ao diálogo. A palavra é sempre também palavra do Outro.

Vale ressaltar que a consciência, enquanto intersubjetividade, deve ser vista na realidade comunicativa, porque só na comunicação efetiva é que o "eu" se reconhece como alteridade.⁴⁴ Entretanto, o sujeito que aí tem lugar não é aquele da unilateralidade comunicativa, mas um sujeito que é dialogizado internamente porque o sujeito e seu discurso são constituídos intersubjetivamente. Na teoria de Bakhtin, a questão mais transcendente diz respeito a uma possibilidade de não simetriação do sujeito ou, nos termos do autor, diz respeito a uma relação que não é de forma alguma aritmética.

A teoria de Bakhtin problematiza a produção do discurso já que a compreensão está contida no próprio processo de produção. A duplicidade do dialogismo está no fato de que todo discurso constitui-se como uma antecipação compreensiva que é dada por um outro da interlocução, mas também um outro (o terceiro) que fala no sujeito.

Resta, ainda, sublinhar a pertinência de uma perspectiva como a dialógica, exterior à lingüística, que questiona a interioridade da lingüística clássica. Soma-se a isso o fato de a teoria de Bakhtin

⁴⁴ Essa interpretação deve ser remetida a Martins (1990). Diz a autora: "comunicação, enquanto relação de alteridade, constituidora do 'eu' pelo reconhecimento do 'tu' é [...] o núcleo a partir do qual Bakhtin constrói o princípio do dialogismo [...] (p. 18) e acrescenta: "a comunicação é não só indissociável da noção de diálogo, como coloca no centro da investigação o problema da intersubjetividade" (p. 18).

ser uma teoria da linguagem, mas de uma linguagem que não é vista separada do sujeito porque nele tem papel constitutivo.

Parece procedente afirmar que a teoria do sujeito, em Bakhtin, trata de uma não-simetrização, e nada autoriza que se veja nela uma concepção cooperativa ou interacionista do sujeito.⁴⁹ O outro do qual fala Bakhtin é condição do próprio discurso porque não identificado nem com um interlocutor físico, nem com o objeto do discurso.

O que foi dito até agora parece sustentar uma leitura que vê o sujeito em um quadro não-simétrico – relação essa percebida entre sujeitos concebidos intersubjetivamente pela intervenção de um terceiro sob forma de um discurso *prenhe de resposta* – e, com isso, sustenta-se a hipótese de uma exterioridade à lingüística – autorizada pela dicotomia metalingüística/lingüística. O dialogismo acena concomitantemente para um atravessamento de outros discursos, para um atravessamento constitutivo da própria língua, realizável por um jogo fronteiro. Acena também para um atravessamento do sujeito dado pela alteridade da interlocução.

4.5 Polifonia,⁵⁰ argumentação e enunciação: Oswald Ducrot⁵¹

Aluno de Benveniste, Ducrot foi diretamente por ele influenciado principalmente no que tange à filosofia analítica, à vinculação do estudo da linguagem ao quadro saussuriano e à enunciação. Ducrot (1987) situa seus estudos no interior de uma disciplina denominada de *Semântica Pragmática* ou *Pragmática Lingüística*, isso porque, segundo ele, o termo refere-se à investigação da ação do homem via linguagem, ou seja, trata-se de verificar o que a fala faz ao ser enunciada e não mais o que se faz quando se fala. Tal concepção já fora fundamentada pelo autor, em 1972, no texto que introduz a publicação francesa do livro *Os atos de fala* de John Sear-

le. Nele, Ducrot rediscute o conceito de língua saussuriano bem como justifica a pertinência de uma pragmática integrada à língua.

A análise empreendida por Ducrot, em toda a sua obra, é, fundamentalmente, estrutural na medida em que considera que a língua é passível de uma análise lógica diferente daquela que a reduz a operações de verdade e falsidade.⁵² Ao mesmo tempo que procura dentro do quadro conceptual da teoria dos atos de fala o estatuto do ilocucional como determinante de relações intersubjetivas de caráter jurídico. Portanto, se Ducrot apresenta o projeto de uma pragmática integrada à língua, faz isso a partir do prisma do estruturalismo e orientado pelas teorias de Benveniste e da pragmática anglo-saxã. Na visão de Ducrot, uma pragmática lingüística teria por objeto as imagens do sujeito da enunciação veiculadas pelo enunciado.

Esse quadro de filiação teórica pode ser mantido quanto à interpretação dos trabalhos de Ducrot até a publicação do *O dizer e o dito* (1987). A partir daí, principalmente, com a formulação da teoria dos *topoi* argumentativos, Ducrot e Anscombe dedicam-se muito mais ao quadro estruturalista saussuriano⁵³ para desenvolver a tese da *argumentação inscrita na língua*.

A cronologia é um dado importante para se entender os trabalhos de Ducrot e Anscombe. Sua obra pode, em linhas gerais, ser dividida em algumas fases que testemunham as preocupações motivadoras das reflexões que fazem.⁵⁴ A seguir é apresentado pequeno esboço dessa cronologia e, em nota, são referidos os textos que considero mais representativos.

a) A teoria clássica da argumentação cuja interlocução é com as teorias lógico-referencialistas: são representativos desta fase os trabalhos relativos à pressuposição e aos atos de linguagem.⁵⁵

⁴⁹ Nas últimas versões da teoria de Ducrot, percebe-se também forte tendência em recusar os princípios da referencialidade e do cognitivismo.

⁵⁰ "Certamente, tenho a pretensão de permanecer fiel a Saussure, mesmo se o que digo é bem diferente daquilo que diz Saussure. Retomo de Saussure esta idéia [...] segundo a qual as palavras não podem ser definidas senão pelas próprias palavras e não em relação ao mundo, ou em relação ao pensamento. A diferença entre o meu trabalho e o de Saussure é que não defino, propriamente falando, as palavras em relação a outras palavras, mas em relação a outros discursos. O que eu tento construir seria então uma espécie de estruturalismo do discurso" (Cf. DUCROT, O. Entrevista à revista D.E.L.T.A., 1998).

⁵¹ Agradeço à professora Carmem Luci Costa Silva as sugestões dadas para esta sistematização.

⁵² Cf. DUCROT, O. *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.

—, *De Saussure à la philosophie du langage*. In: SEARLE, J. *Les actes de langage: essais de philosophie du langage*. Paris: Herman, 1972.

⁴⁹ Concorde, pois, com Authier-Revuz, em *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire* (1995), que diz que por mais elástico que seja o termo "pragmática", seu emprego com relação a Bakhtin é impróprio. Crítica essa feita sobre o prefácio de Todorov, também presente na edição brasileira de *Estética da criação verbal*.

⁵⁰ O conceito de polifonia desenvolvido por Ducrot é diferente daquele proposto por Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoiévski*. Em Bakhtin, tal conceito tem dimensão estética e é utilizado pelo autor para fundamentar a tese de que o "grande" romance é, por natureza, polifônico. Ducrot, ao contrário, não relaciona a polifonia com uma estética da linguagem, mas com a característica que tem a língua, realizada em enunciados, de colocar em cena enunciadores.

⁵¹ Esta discussão a respeito da obra de Ducrot é feita de forma mais detalhada no capítulo *A denegação na neurose e na psicose*. In: BARBISAN, L.; SCHÄFFER (orgs.). *Aventuras do sentido: psicanálise e lingüística*. Porto Alegre: EDIPUCRS (no prelo).

b) A teoria da argumentação na língua aí compreendidos os trabalhos sobre as palavras que organizam o enunciado e a teoria polifônica.⁵⁶

c) A teoria dos *topoi* argumentativos, na qual se mantém a tese da argumentação na língua, mas a partir da introdução da noção de *topos* (princípio comum argumentativo).⁵⁷

d) Nova versão da teoria da argumentação na língua na qual incluem-se as concepções de *modificadores realizantes/desrealizantes* e a *teoria dos blocos semânticos*.⁵⁸

Não farei, aqui, uma apresentação na íntegra da teoria de Ducrot, pois isso demandaria um espaço não pertinente para um trabalho introdutório como este. Estarei mais preocupado em assinalar o estatuto de questões como enunciação e subjetividade no âmbito da teoria, como forma de justificar sua inclusão junto à *lingüística da enunciação*. Farei isso a partir de dois momentos da obra: a versão da teoria polifônica e a teoria dos *topoi* argumentativos. O motivo que me leva a escolher estes trabalhos para falar de enunciação é, principalmente, o fato de que, em suas últimas reflexões, Ducrot minimiza a função da enunciação no escopo da teoria, privilegiando o tratamento de questões mais ligadas ao nível lexical da língua.

Em seu *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* (1987) Ducrot propõe-se a contestar a tese, segundo a qual na base de cada enunciado subjaz um único autor. De acordo com ele, a lingüística moderna procura manter, enquanto princípio, a unicidade de um sujeito com competência psicofisiológica. Somado a isso, vê o sujeito como a origem dos atos ilocutórios produzidos através do enunciado e, finalmente, acredita poder identificá-lo apenas pelas marcas de primeira pessoa.

É contra essa concepção que Ducrot se volta, apresentando a teoria polifônica. Nos artigos publicados em *O dizer e o dito* (1987)

— . *Provar e dizer*. São Paulo: Global, 1981.

⁵⁶ Cf. DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987 (principalmente a parte referente a enunciação e polifonia).

— . *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

— . *As escalas argumentativas*. In: — . *Provar e dizer*. São Paulo: Global, 1981.

— . *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1983.

⁵⁷ — . *Polyfonia y argumentación: conferencias del seminario Teoría de la argumentación y análisis del discurso*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

⁵⁸ Cf. DUCROT, O. Argumentação e "topoi" argumentativos. In: GUIMARÃES, E. *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

ANSCOMBRE, J.-C. (org.). *Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995.

⁵⁹ Nessa versão da teoria é fundamental a participação de um grupo maior de pesquisadores e principalmente a de Marion Carel. Cf. *Journal of Pragmatics...*, Amsterdam, Elsevier, 1995.

são introduzidas várias definições teórico-metodológicas cujo objetivo é sustentar a tese segundo a qual é possível verificar diferentes representações do sujeito da enunciação no sentido do enunciado. A primeira distinção é entre *frase* e *enunciado*. A frase é um objeto teórico de domínio do gramático, não observável ao lingüista. O enunciado é a ocorrência histórica da frase, isto é, o observável. A cada um corresponde um valor semântico específico. O primeiro, denominado de significação, é atribuído à frase, ou seja, são leis constituídas a partir da estrutura léxico-gramatical. O segundo, chamado de sentido, é atribuído ao enunciado e pertencente ao domínio dos fatos. Essas definições indicam a configuração pragmática da teoria, pois ao considerar a significação como característica semântica da frase, Ducrot a concebe como o roteiro das indicações de uso da frase. Assim, ela contém todas as instruções para a compreensão dos sentidos. Isso consiste em ver o enunciado como descrição da enunciação. O que é comunicado pelo sujeito através do enunciado é a própria qualificação desse enunciado.

O sujeito que aí é contemplado não é um produtor de fala, mas de representações no sentido do enunciado. Dessa forma, a enunciação pode ser atribuída a um ou mais sujeitos. Entre esses podemos distinguir pelo menos dois tipos de personagens: os locutores e os enunciadores.

O locutor é apresentado como o ser responsável pela enunciação. Isto é, alguém a quem se deve imputar a responsabilidade da produção da enunciação. Diferente do autor empírico, trata-se de uma ficção discursiva, embora geralmente coincida com este no discurso oral. É ao locutor que remetem as marcas de primeira pessoa contidas no enunciado.

Percebe-se que com essa definição é diferenciado o falante do autor e este do locutor. Este último é fragmentado para dar conta do fato de aparecer em uma enunciação marcas de primeira pessoa imputáveis a diferentes locutores. Para isso, Ducrot concebe o *locutor-enquanto-tal* (L), constituído no nível do dizer – responsável pela enunciação – e o *locutor enquanto-ser-no-mundo* (Y), origem do enunciado, que representa discursivamente o ser empírico, identificável através de (L) e constituído no nível do dito. Ambos são seres do sentido do enunciado, diferentes do sujeito-falante (elemento não-enunciativo).

Essa distinção justifica o fato de Ducrot não ter escolhido uma definição de enunciação comprometida com o produtor/autor, nem endereçada a ninguém. Conforme o autor, "a enunciação é o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado" (p. 168). Obviamente, do ponto de vista empírico a enunciação é a

atitude do sujeito falante, porém, a representação que a enunciação apresenta dela é diversa de uma imagem unicitária é, pois, a de uma diversidade, a de um diálogo.

Os enunciadores, por sua vez, remetem a uma segunda forma de polifonia. Eles representam, de forma geral, para o locutor, o que representa o personagem para o autor na obra de ficção. O enunciador é uma perspectiva expressa através da enunciação, ele não “fala” e sim tem seu ponto de vista colocado sem, entretanto, ter atribuída precisão às palavras. Se o locutor apresenta uma enunciação de que se declara responsável, então o enunciador existe em função da imagem que o locutor oferece dessas vozes. Assim, a identificação dos enunciadores somente é possível através do locutor, que pode ou não concordar com os enunciadores.

Dentro desse quadro teórico desenvolvido por Ducrot, muitas das questões clássicas de investigação da linguagem tomam nova dimensão, quando situadas no referencial teórico da polifonia, tais como: a pressuposição, o conceito de ilocucional e a argumentatividade, entre outras. Trabalharei, a seguir, especificamente com a questão da argumentatividade.

A teoria dos *topoi* (1989) permite a Ducrot a apresentação de um desdobramento da teoria da argumentação introduzindo a noção de *topos* (*lugar comum argumentativo*). Para isso, retoma a distinção frase/enunciado, explicada anteriormente, anunciando que daquilo que denominou como as instruções da frase seu interesse recai sobre as variáveis argumentativas, que “indicam ao intérprete do enunciado que ele deve constituir, e atribuir ao locutor (fundamentando-se no que ele conhece da situação de discurso), uma estratégia argumentativa determinada” (p. 14). O exemplo dado pelo autor é o seguinte: sejam as frases da estrutura *X é P demais* em que *X* designa um objeto e *P*, uma propriedade. Tais frases colocam para o intérprete uma proposição *r*, que o locutor refuta com *X é P demais*. *r* Deve ser aceitável ou justificável para o caso de a propriedade de *X* ser inferior a um limite e inaceitável quando a propriedade de *X* for superior. Esse é o caráter instrutivo das frases de uma língua.

Tradicionalmente, a argumentação é vista como a produção de um enunciado *A* para justificar um enunciado *C*, em que *A* é argumento para *C*, ou notadamente, *A.....C*. Os motivos para que se admita isso são dois:

- 1) *A* indica um fato *F*: em que *F* é um fato da realidade, verdadeiro ou falso, independente da intenção de dele concluir *C*;

- 2) o sujeito falante admite que *F* implica a verdade ou validade de *C*.

Nessa concepção, a língua, entendida como um conjunto de frases semanticamente descritas, não desempenha na argumentação um papel essencial, porque se, de um lado, a língua oferece os conectivos que assinalam a relação entre *A* e *C*, por outro lado, ela intervém na passagem de *F* para *C*. Portanto, se *A* designa *F*, isso se deve (parcialmente) à frase realizada por *A*, mas o movimento que conduz a *C* é independente da língua, é, pois, explicado pela situação de discurso. Ducrot não pode admitir essa perspectiva porque ela refuta a tese da argumentatividade inscrita na língua, já que assim a argumentação passaria a ser vista como produto da situação e não mais de relações lingüísticas.

O fato de existir na língua pares de frases cujas enunciações na mesma situação indicam o mesmo fato, mas não à mesma conclusão, leva Ducrot a manter a tese da argumentatividade inscrita na língua e a formular a hipótese de que a frase indica se se pode ou não argumentar a partir de seus enunciados. Tal hipótese pode ser aplicada aos casos particulares dos operadores argumentativos (*O.A.*).

X é um (*O.A.*) em relação à frase *P* se três condições forem satisfeitas:

- 1) em que $P' = P + X$, ou seja, é possível construir uma frase *P'* a partir de *P* pela introdução de *X*;
- 2) *P* e *P'* têm valores argumentativos diferentes em uma dada situação de discurso;
- 3) tal diferença não é fornecida pela diferença factual das informações de *P* e *P'*.

Sendo o (*O.A.*) pouco e *P* Pedro trabalhou um pouco, tem-se as três condições satisfeitas, isto é:

- 1) tem-se *P'* “Pedro trabalhou pouco”, substituindo-se um pouco por pouco em *P*;
- 2) *P* e *P'* não são iguais argumentativamente em uma situação de discurso;
- 3) a diferença não é derivada da informação que veiculam.

Ducrot abandona essa primeira forma da teoria em função de que nesse caso se pode concluir identicamente tanto para *P* como para *P'* e diz que “o problema geral é que as possibilidades de argumentação não dependem somente dos enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se

serve para colocá-los em relação” (p. 21). Tomado o sentido do enunciado como a representação da enunciação não se trata mais de ver a argumentação como $A \dots / C$, pois a situação de discurso que poderia justificar as conclusões idênticas para P e P' não é exterior ao enunciado, mas é construída por ele, faz parte do sentido do enunciado.

Ao negar $A \dots / C$ a definição de argumentação deixa de ser concernente à totalidade do enunciado e passa a integrar os elementos que constituem o seu sentido. Assim, Ducrot aproxima sua teoria da argumentação do tratamento dado à enunciação e ao sujeito na enunciação, ou seja, falar de argumentação como elementos semânticos que constituem o sentido do enunciado pode ser traduzido para a teoria polifônica em termos de enunciadores que evocam os princípios argumentativos que são representados no sentido do enunciado.

O que significa, então, dizer que o enunciado E contém um elemento semântico e que possui um valor argumentativo? Para Ducrot, a validade dessa formulação deve atender a três condições:

- 1) e é um conteúdo no sentido de E ;
- 2) e é considerado, na enunciação de E , como uma justificação para a conclusão r ;
- 3) a orientação de e para r deve estar fundamentada em um *topos*.

As duas primeiras poderiam ser interpretadas da seguinte forma: a enunciação é um acontecimento que se constitui pelo aparecimento de um enunciado; o sentido do enunciado que apareceu comunica a qualificação/descrição da enunciação (do acontecimento). Descrever semanticamente esse sentido é levar a compreender por que o sujeito pode efetivamente, ao produzir um enunciado, realizar este ou aquele ato. Em um enunciado do tipo (E) O tempo está bom. Vamos passear, tem-se que:

- e é um conteúdo do sentido de E , ou seja, o bom tempo;
- o sentido de E é a qualificação/descrição de enunciação, nesse caso, o sentido é que a enunciação afirma o bom tempo;
- a conclusão r é explicitada por um enunciado C , nesse caso, é uma justificação para r explicitado em C .

Falta explicitar a terceira condição. Para tanto, Ducrot formula três propriedades para que se entenda o *topos* como um princípio argumentativo: a primeira é a universalidade (no sentido de que é compartilhado pela comunidade linguística que o utiliza); a segunda é a generalidade (decorrente da anterior, significa que se

um princípio argumentativo é válido para uma situação deve ser válido para outras semelhantes); a terceira é a gradualidade (o *topos* que assegura a passagem de e para r é de natureza gradual).

Para justificar a gradualidade do *topos*, Ducrot elabora a distinção entre *topoi* e *formas tópicas*. As *formas tópicas* de um *topos*, dada a sua natureza gradual, são as formas recíprocas que o *topos* pode assumir. Verifique-se o exemplo dado por Ducrot sobre os operadores argumentativos *pouco* e *um pouco*. Sejam os encadeamentos:

- a) Ele trabalhou *um pouco*. Ele vai conseguir.
- b) Ele trabalhou *um pouco*. Ele não vai conseguir.
- c) Ele trabalhou *pouco*. Ele vai conseguir.
- d) Ele trabalhou *pouco*. Ele não vai conseguir.

Tem-se aí dois *topoi* contrários denominados pelo autor, respectivamente, de “moral” e “cínico”:

- T-1) O trabalho leva ao êxito (convocado por a e c);
- T-2) O trabalho leva ao fracasso (convocado por b e d).

Cada um dos *topoi* tem duas *formas tópicas* recíprocas e equivalentes:

- FT-T1) Quanto mais se trabalha, mais se tem êxito;
- FT-T1) Quanto menos se trabalha, menos se tem êxito;
- FT-T2) Quanto mais se trabalha, menos se tem êxito;
- FT-T2) Quanto menos se trabalha, mais se tem êxito.

Ducrot mantém, dessa forma, a tese da argumentatividade inscrita na língua que, no exemplo anterior, pode ser interpretado da seguinte forma: a própria língua ou a frase, na terminologia de Ducrot, contém as instruções para que se interprete os enunciados com *pouco* e *um pouco* e um predicado P . Tais instruções podem ser do tipo “quanto mais $P \dots$ ” para *um pouco*, e “quanto menos $P \dots$ ” para *pouco*. Assim, em (a) a forma tópica deve ser FT-T1, pois é a única que permite a conclusão *Pedro vai conseguir*.

O que se percebe na análise proposta por Ducrot é que a utilização da língua exige que se disponha de *topoi*. Entretanto, ela não determina os conteúdos que constituem esses *topoi*, isto é, a mesma língua pode ser utilizada por comunidades linguísticas que admitem *topoi* contrários.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a teoria de Ducrot é uma semântica argumentativa voltada para as questões de enunciação, na medida em que considera, na representação do sentido do enunciado, tanto a presença de diferentes vozes (polifonia) quanto

a evocação de princípios argumentativos que dão a direção de como um dado enunciado deve ser interpretado numa situação *x*.

4.6 Da transparência à opacidade (F. Récanati): de Catherine Kerbrat-Orecchioni a Authier-Revuz⁵⁹

O título deste item sugere uma pretensão que não será efetivada, qual seja, a de dedicar a esses autores espaço semelhante ao concedido às teorias anteriores. A inviabilidade de tratá-los com a mesma atenção deve-se ao fato de que o espaço físico normalmente dedicado a artigos em revistas já foi, aqui, demasiadamente ultrapassado. Penso, também que o leitor que me acompanha encontra-se com um número de informações suficiente para se introduzir nas questões de enunciação.

Nesse sentido, também não penso que seja correto apresentar tais perspectivas com excessiva sinteticidade, porque, na contraposição com o que foi feito anteriormente, isso pode levar a crer que são teorias “menores” – tanto em extensão, quanto em complexidade – o que de forma alguma justificar-se-ia.

Em função disso, opto por considerá-las sob o mesmo rótulo, mas enfatizando um processo, ou seja, o que vai da transparência à opacidade da enunciação.⁶⁰ Logo, estou utilizando essa dicotomia com a intenção de registrar diferentes atitudes com relação à enunciação, atitudes estas que vão desde a postura de considerá-la num quadro simétrico de interlocução até a considerá-la num quadro não simetrizável, no qual sujeito e linguagem são heterogeneamente constituídos.

Outro critério que utilizo para fazer referência, neste momento, apenas de passagem a estes trabalhos é o fato de que tais autores elaboram suas reflexões como produto da interlocução que fazem com os teóricos “fundantes” que foram objeto de estudo nos

⁵⁹ É de suma importância lembrar, ainda, trabalhos que não serão discutidos, neste momento (cf. item 1), mas que merecem lugar nas reflexões em torno da enunciação: os de J. C. Milner sobre a *língua*, os de C. Fuchs sobre a *paráfrase*, os de Flahault sobre os atos de linguagem, os de Culioli sobre as operações predicativas e enunciativas, são apenas alguns exemplos (cf. bibliogr. abaixo).

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Paris: Ophrys, 1990.

FUCHS, C. *La paraphrase*. Paris: P.U.F., 1982.

———. *Paraphrase et énonciation*. Paris: Ophrys, 1994.

FLAHAULT, F. *A fala intermediária*. Lisboa: Via Editora, 1979.

MILNER, J. C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

⁶⁰ Os autores lembrados em 4.6 (cf. nota 59) deverão integrar outro texto de natureza introdutória que já se encontra em elaboração e que constituirá a *segunda parte* do estudo que venho empreendendo em busca das linhas gerais do objeto da *lingüística da enunciação* (cf. item 1).

itens anteriores. Orecchioni retoma Jakobson e Benveniste em inúmeras passagens de seus livros; Authier-Revuz situa-se nos quadros de uma teoria enunciativa neo-estruturalista “que parte das formas da língua (marcada pelos nomes de Bally, Benveniste, Culioli...)” (Authier, 1998, p. 16) e da metalinguagem “estudada por J. Rey-Debove” (p. 15), elaborando críticas ao proposto por Ducrot. Récanati, sendo ele mesmo citação frequente nos trabalhos de Orecchioni e Authier, está sendo usado aqui apenas como o nome a quem se deve atribuir a discussão mais completa em torno do binômio transparência/opacidade que serve como ponto de intersecção do debate da contraposição entre as duas autoras.

A oposição transparência/opacidade tem sido retomada desde que Récanati a ela dedicou o excelente *La transparence et l'énonciation* (1979).⁶¹ Récanati, neste livro, “introduz à pragmática fazendo surgir a reflexividade como um fator de opacidade que interfere na transparência presumida de um sentido que, sem ele, deixar-se-ia atravessar pela perspectiva referencial”.⁶² A transparência é pensar a representação do signo com o apagamento deste enquanto coisa, ou seja, a reflexividade é apresentada como um obstáculo à transparência do ato de referir.

No entanto, Récanati adverte que o signo nunca é completamente transparente. Existem casos em que não há a ausência total do signo: ele torna-se opaco. Há opacidade quando o signo se mostra como coisa, revelando-se, paradoxalmente, presente (opaco) e ausente (transparente). O momento em que a opacidade é mais perceptível é aquele em que “no sentido do enunciado reflete-se o fato de sua enunciação” (p. 7). A questão passa a ser, portanto, que no sentido do enunciado a reflexão da enunciação integra a referência dos enunciados cotidianos em uma dada situação de interlocução.

Para Récanati, sempre foi considerado na tradição filosófica da linguagem e nas teorias modernas o duplo aspecto do signo: enquanto uso (transparente) e enquanto menção (opacidade). No entanto, em sua proposta, há o questionamento da concepção da linguagem subjacente à dupla transparência/opacidade que sugere apenas a ocorrência designativa da linguagem. Para ele, casos há em que os enunciados são contextos em que as palavras não são puramente transparentes, logo, não se apagam diante daquilo que

⁶¹ A questão da transparência/opacidade também é contemplada por Rey Debove no monumental *Le métalangage* (Paris: Le Robert, 1978) na descrição sintático-semiótica da autonomia, enquanto estrutura que denota a coisa e conota a palavra da conotação autonímica.

⁶² Cf. RICOUER, P. *O si-mesmo como um outro*. São Paulo: Papirus, 1991.

representam. A reflexão do fato da enunciação no enunciado introduz a opacidade no centro da perspectiva referencial que atravessa o sentido do enunciado.

Catherine Kerbrat-Orecchioni (1980), a partir da reformulação crítica do esquema de Jakobson, elabora um trabalho que situa a problemática da enunciação definida como o estudo dos procedimentos lingüísticos (*shifters*, modalizadores, etc...) pelos quais os locutores imprimem sua marca no enunciado e se inscrevem na mensagem, implicitamente ou não, situando-a em relação a si mesmos. É, pois, uma tentativa de descrição das unidades lingüísticas, de qualquer natureza e de qualquer nível, que funcionam como índices da inscrição do sujeito da enunciação, entendido como locutor, no enunciado.

Orecchioni parte da hipótese de que importa distinguir o enunciado – o que é dito –, da enunciação – presença do locutor no seu próprio discurso. Com isso, sua teoria possibilita, dentro de um quadro estável da enunciação, descrever os traços do locutor no enunciado de forma restrita às manifestações da subjetividade na linguagem cotidiana.

Isso leva a autora a fazer exaustiva análise dos dêiticos (pronomes pessoais, demonstrativos, localização temporal e espacial); de classes como o substantivo, o verbo, o advérbio e o adjetivo para, finalmente, propor uma tipologia de discursos.

Por outro lado, Authier-Revuz (1998) diz que seu estudo concerne a dois campos para o estudo das formas da reflexividade metaenunciativa – a modalização autonímica da enunciação atravessada por sua auto-representação opacificante: o da metalinguagem e o da enunciação.

No campo da metalinguagem, recorre ao trabalho fundador de J. Rey-Debove – *Le métalangage* –, no da enunciação, à corrente enunciativa inscrita no estruturalismo (cf. supra). A esses campos Authier justapõe exterioridades teóricas nas quais sua descrição está apoiada: a teoria do sujeito estruturalmente clivado elaborada por Lacan, a teorização do interdiscurso da análise do discurso de Michel Pêcheux e o dialogismo bakhtiniano.

Tomando a distinção opacidade/transparência, elaborada por Récanati inicialmente para a representação do signo, Authier considera que determinados enunciados apresentam o seu próprio dizer como interposto, desdobrando-se como um comentário de si mesmos. É o estudo das não-coincidências do dizer e da sua representação metaenunciativa – a modalização autonímica.

Como o leitor deve ter percebido, o quadro teórico estabelecido por Authier-Revuz é bastante amplo e complexo, merecendo

detalhada atenção. Ele será objeto das reflexões que integram a *segunda parte* (cf. item 1) deste estudo.

Em linhas gerais, é possível considerar que de Kerbrat-Orecchioni a Authier-Revuz deslocamentos teóricos importantes são feitos para contemplar a enunciação: vai-se da transparência à opacidade. Nesse sentido, as pesquisas em torno da enunciação tornam-se mais complexas, já que exteriores teóricos à lingüística são convocados para explicitar o tipo de análise pretendida. Tratar dessas novas perspectivas, tomando por eixo a distinção transparência/opacidade, integra os objetivos a ser desenvolvidos na *segunda parte* deste trabalho. Neste momento, não faço mais do que anunciar este tema.

5 Das principais intersecções

É difícil precisar as interfaces que os estudos de enunciação têm mantido com as diferentes áreas do conhecimento. Não se trata, portanto, de fazer, aqui, uma lista exaustiva desses diálogos, tampouco de fornecer críticas a respeito desses trabalhos. Minha intenção é bem mais simples: é dar ao leitor uma imagem, mesmo que genérica, das potencialidades que a *lingüística da enunciação* tem e, principalmente, das (inter)relações que vem mantendo com algumas disciplinas.

Não farei comentários apreciativos a respeito da forma como os conceitos oriundos das diferentes teorias da enunciação foram incorporados aos domínios específicos, já que isso transcenderia o caráter introdutório deste texto. Estarei, pois, limitado à referência que encontrei, algumas vezes de maneira bem esparsa, em algumas leituras que fiz.

5.1 Não é de hoje a interação entre enunciação e literatura. Essa relação deve, sem dúvida, figurar entre as mais férteis em termos de produção teórica. Articular os mecanismos de enunciação com a linguagem literária constitui propriamente o objetivo de alguns autores antes estudados e pode ser verificado em trabalhos clássicos como os de Bally, de Jakobson e de Bakhtin. Em todos, percebe-se constante presença do texto literário como objeto de análise.

As vozes dos personagens, autores e narradores sempre tiveram lugar na reflexão lingüística. Talvez por isso Roland Barthes também mereça figurar entre aqueles que, mesmo que indireta-

mente, refletem sobre a enunciação literária.⁶³ Atualmente, vale lembrar algumas obras de Maingueneau, entre elas: *Approche de l'énonciation en linguistique française: embrayeurs, temps, discours rapporté* (1981); *Elementos de lingüística para o texto literário* (1996) e *Pragmática para o discurso literário* (1996). No Brasil, Fiorin (1996), com o seu *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*, também se vale do texto literário para ilustrar muitas das propriedades enunciativas que desenvolve, encadeando-as com elementos oriundos da semiótica greimaseana.

Dessa intersecção uma questão parece estar por ser desenvolvida ainda com mais propriedade, qual seja: em que sentido a análise enunciativa pode algo dizer das dimensões estéticas do texto literário? Bakhtin elabora uma resposta baseado no conceito de polifonia aplicado à obra de Dostoiévski. No entanto, esta não é a única resposta possível e outras podem ser ensinadas a partir de outros referenciais teóricos.

5.2 Os trabalhos voltados para enunciação têm forte ligação com a filosofia. Personalidades como Paul Ricoeur⁶⁴ e Michel Foucault,⁶⁵ cada um a seu modo, dedicam capítulos inteiros de obras suas para discutir problemas de enunciação com referência direta a alguns dos autores apresentados acima. Isso deve-se, ao menos a um motivo: a lingüística, em alguns momentos, forneceu a ancoragem metodológica que a filosofia procurava para contemplar o sujeito na linguagem.

Por outro lado, os autores da *lingüística da enunciação* têm forte ligação com questões filosóficas (referência, sentido, etc.), principalmente, a partir dos domínios da pragmática, chegando mesmo a se confundir com ela, em determinadas épocas da história do pensamento lingüístico. Prova disso é a lembrança de Benveniste a Morris⁶⁶ e a Austin, assim como a discussão estabelecida por Ducrot com a teoria lógica da linguagem e com a teoria dos atos de fala.⁶⁷ No Brasil é exemplar a publicação do volume quatro dos *Fundamentos metodológicos da lingüística* de M. Dascal (1982), dedi-

cado à pragmática, o qual inclui, além de textos de Bar-Hillel, de Grice, de Stalnaker e Hockett, também o texto *A natureza dos pronomes* de Benveniste.

No entanto, uma diferença epistemológica fundamental se apresenta entre esses dois domínios— enunciação e pragmática— qual seja, a concepção de sujeito: nas teorias enunciativas a questão da significação da linguagem recoloca a problemática do sujeito e de sua representação lingüística, ao passo que nos estudos pragmáticos é o sujeito enquanto intenção individual expressa numa perspectiva de ação que é contemplado.

5.3 Um dos terrenos mais promissores dos estudos enunciativos é a sua relação com a psicanálise freudo-lacaniana. Inúmeros trabalhos têm atualmente tematizado as articulações do sujeito que enuncia com o princípio do inconsciente. Com Lacan “a delicada questão da enunciação, [...], tornar-se-á central na psicanálise” (cf. Dor, 1989). É inegável que Lacan dedica à díade enunciado/ enunciação⁶⁸ espaço em diferentes momentos de sua obra.

Talvez, quanto à relação da *lingüística da enunciação* com a psicanálise, seja mais correto situá-la no interior de uma perspectiva maior, ou seja, da própria lingüística com a psicanálise.⁶⁹ Trabalhos como os de Michel Arrivé,⁷⁰ Jean-Claude Milner⁷¹ e Jacqueline Authier-revuz (cf. supra) tematizam isso com propriedade.⁷²

5.4 Campo não menos complexo é o da intersecção entre a *lingüística da enunciação* e a análise de discurso de linha francesa.

⁶³ Apenas para ilustrar, cito as seguintes:

LACAN, J. *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*. In: ———. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

———. *Posição do inconsciente*. In: ———. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

———. *O seminário sobre a carta roubada*. In: ———. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

———. *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. In: ———. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

———. *A instância da letra no inconsciente*. In: ———. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

———. *O seminário XX: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

⁶⁴ Ver: FLORES, V. *Lingüística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

⁶⁵ ARRIVÉ, M. *Lingüística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros*. São Paulo: EDUSP, 1994.

———. *Linguagem e psicanálise, lingüística e inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

⁶⁶ MILNER, J. C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

———. *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

⁶⁷ No Brasil, vale lembrar: TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e psicanálise: elementos de uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

⁶³ Em especial:

BARTHES, R. *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70, 1974.

———. *Lição*. Lisboa: Edições 70, 1978.

⁶⁴ RICOEUR, P. *O si-mesmo como um outro*. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

⁶⁵ FOUCAULT, F. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

———. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

⁶⁶ “[...] o enunciado que contém eu pertence a esse nível ou tipo de linguagem a que Charles Morris chama pragmático” (1988, p. 278).

⁶⁷ É constante a referência de Ducrot a Frege, Russel, Strawsson, Austin, Searle, Récanati, Wittgenstein, Sperber & Wilson, entre outros.

Não posso fazer aqui mais que esboçar este ponto, sublinhando que todos os autores antes apresentados, alguns mais outros menos, são referidos na bibliografia dos analistas de discurso.

Maldidier, Normand e Robin (1994) traçam um percurso bastante detalhado da inserção dos problemas de enunciação na discussão em torno do discurso. Conforme as autoras, "as pesquisas efetuadas permitiram, a partir do estudo das marcas enunciativas, colocar os rudimentos de uma tipologia dos discursos" (p. 73). Porém, sublinham que "as perspectivas abertas pelo conceito de enunciação não podem, entretanto, deixar que se esqueçam a insuficiência de sua elaboração teórica e as dificuldades que ela apresenta" (p. 74). Entre essas insuficiências, sem dúvida, pode-se enfatizar a própria ambigüidade do conceito de enunciação, a distinção entre enunciação e constituição da significação. Além dessas há a principal: a crítica à noção de sujeito e o seu não rompimento com a dicotomia língua/fala.

Segundo a maioria dos analistas de discurso, subjaz às teorias da enunciação um conceito idealista de sujeito preso ainda à proposta psicologizante: "podemos [...] formular a hipótese de que o destino da enunciação traçado por Pêcheux em AAD69, evocada somente pelos problemas de código para registro da superfície, deve algo ao rigor de suas posições teóricas sobre a questão do sujeito. Pêcheux pressentiu que uma certa leitura de Benveniste poderia conduzir ao que P. Kuentz chamou 'a operação de salvamento do sujeito'." (Maldidier, 1998, p. 22).

Não vou discutir aqui se tal entendimento se justifica ou não quando remetido às teorias da enunciação, em especial à teoria de Benveniste⁷³, no entanto, alerta para o fato de que estudar a enunciação exige que se coloque o sujeito num quadro intersubjetivo da linguagem, no qual este se constitui pela co-referência dialética com o outro.

5.5 Finalmente, vale lembrar que algumas perspectivas da lingüística textual recorrem aos mecanismos enunciativos (polifonia, intertextualidade, dêiticos, etc.) para abordar questões referentes à problemática do texto.⁷⁴

⁷³ Essa discussão é feita em Flores (1999).

⁷⁴ No Brasil são importantes:

KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

———. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

KOCH, I.; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

6 Enfim, o que é a lingüística da enunciação? Primeiras considerações

Depois da incursão em diferentes teorias da enunciação, talvez seja o momento de tentar responder à questão que serve de título para este item e que constitui um dos objetivos deste texto.

Bally fala de *modus* e *dictum* no quadro de sua estilística; Jakobson fala das funções da linguagem e dos *shifters* no escopo da teoria da comunicação; Benveniste dos *indicadores de subjetividade* e do *aparelho formal de enunciação*; Ducrot da polifonia integrada à concepção da argumentação na língua; Bakhtin das formas de apresentação da voz de outrem no quadro do dialogismo; Authier-Revuz das *não-coincidências* do dizer concernentes ao campo da enunciação e da metalinguagem e Orecchioni das formas da subjetividade na linguagem.

Parece difícil, em meio a tantos temas e abordagens diferenciadas (que esta introdução não faz mais que assinalar a complexidade), pensar que existe algo comum a todas as teorias apresentadas. Acredito que não é necessário enfatizar que cada autor recorre a campos diversos e que imprime o seu modo de ver a enunciação. No entanto, insisto no caráter de unidade dessas pesquisas a ponto de autorizar a postulação de uma *lingüística da enunciação*.

O primeiro ponto a considerar é que todos os autores sumariamente lembrados desenvolvem um trabalho que é, antes de tudo, um estudo da semântica da língua. Então é a *lingüística da enunciação* uma semântica? A resposta a essa questão depende de algumas observações.

Vale lembrar, antes de tudo, que a *lingüística da enunciação* não definiu rigidamente o seu objeto, ao menos não com a precisão característica de outras perspectivas. Isso é justificável a medida que ela ainda hoje sofre de uma hesitação apenas comum aos jovens. A juventude dos estudos de enunciação e a sua posição intervalar com relação aos princípios pensados por Saussure são as principais causas dessa hesitação.

Alguns podem objetar que a definição do objeto específico da *lingüística da enunciação* carece ainda de ser feita, pois o próprio termo *enunciação* é polissêmico, pode indicar "o surgimento do sujeito no enunciado, [...] a relação que o locutor mantém pelo texto com o interlocutor, ou [...] a atitude do sujeito falante em relação ao seu enunciado" (Dubois, 1969, p. 100). Mas se isso, por um lado, é uma verdade que deve ser reconhecida, por outro lado, talvez seja essa mesma polissemia o sintoma que indica a resposta a qual, acredito, possa, ao menos em parte, ser aqui dada.

Os fenômenos estudados pelos diferentes autores parecem não encontrar espaço na interpretação pós-sassuriana do conceito de língua,⁷⁵ qual seja, a interpretação imanentista.⁷⁶ Isso significa que a *lingüística da enunciação* abre mão do sistema lingüístico para ser um estudo da fala, esta também parcialmente interpretada por muitos como mera realização individual do sistema?⁷⁷ É esta lingüística uma tentativa de abordagem da criação lingüística humana? Não penso assim.

É bem verdade que a dicotomia língua/fala é o ponto de partida, mesmo que implicitamente, dos autores apresentados. Porém, não é nem na negação absoluta da dicotomia, nem na sua afirmação absoluta que vejo o objeto da lingüística da enunciação. Mas é antes na falta de crença na distinção dos dois campos que, parece-me, está o que concerne especificamente à lingüística da enunciação. Os fenômenos estudados nas teorias da enunciação pertencem à língua, mas não se encerram nela; pertencem à fala a medida que só nela e por ela têm existência, e questionam a existência de ambos já que emanam dos dois.⁷⁸ Assim posta a questão, a teoria de Benveniste é, sem dúvida, a primeira a questionar a distinção língua/fala. Como bem diz Normand (1996), "os elementos do aparelho formal da enunciação questionam: o semiótico do qual eles fazem parte mas que eles perturbam, o semântico na medida em que eles se remetem a si próprios, e a distinção entre os dois campos, já que eles provêm de um e do outro" (p. 149).

Minhas idéias estão muito próximas das apresentadas por Michel Lahud (1979) em seu livro *A propósito da noção de dêixis*. Lembro, na íntegra, as palavras de Lahud porque as considero a melhor síntese a respeito da definição do objeto da "lingüística da enunciação. Segundo ele, a lingüística da enunciação visa não somente um fenômeno que não pertence à 'fala', mas justamente um fenômeno cuja existência compromete a própria distinção língua-fala em algumas de suas postulações. Nem da ordem da língua, nem da ordem da fala [...], mas da própria linguagem enquanto atividade regrada (portanto coletiva) lingüísticamente: eis o que é

revelado sobre a natureza dessa lingüística quando se diz que ela não estuda nem os componentes da matéria-linguagem que fazem parte do objeto de outras ciências não propriamente lingüísticas (Fisiologia, Física, Psicologia, etc.), nem as variações que sofre o sentido dos signos do sistema quando assumido pelo locutor num ato individual de produção, mas a enunciação enquanto centro necessário de referência do próprio sentido de certos signos da língua" (p. 98).

De minha parte, concordo com as palavras de Lahud. Gostaria, porém, de acrescentar algumas considerações: acredito que o estudo da enunciação não está limitado a certos signos da língua, mas compreende a língua na sua totalidade. E nesse ponto sigo de perto as idéias de Benveniste: se o *aparelho formal de enunciação* é constitutivo da língua então ela mesma comporta referência ao seu próprio uso. Logo, todo e qualquer fenômeno lingüístico carrega em si a potencialidade de um estudo em termos de enunciação, já que sua existência depende do sujeito que o enuncia.

O objeto da *lingüística da enunciação* é todo o mecanismo lingüístico cuja realização integra o seu próprio sentido e que se auto-referencia no uso. A enunciação é, pois, o que constitui esse processo.

Quanto à pergunta antes formulada a respeito de ser a *lingüística da enunciação* uma semântica, a resposta parece ser afirmativa, porém, isso ainda requer um comentário: o termo semântica deve ser entendido, aqui, amplamente, isto é, como equivalente a *sentido*. Em outras palavras, a *lingüística da enunciação* vê os fenômenos que estuda, sejam eles de natureza sintática, morfológica ou de qualquer outra, do ponto de vista de seu sentido. Talvez seja esse mais um traço comum a todas as teorias antes estudadas.

Dois pontos em comum devem, portanto, a princípio, ser ressaltados entre as teorias da enunciação: a ênfase no estudo do sentido da língua e a determinação semântica dos fenômenos lingüísticos (sintáticos, morfológicos, etc.).

Ainda vale apontar um terceiro ponto: a *lingüística da enunciação* caracteriza-se por estudar a realização lingüística em tempo e espaço determinados e com referência aos sujeitos que enunciam. Em termos benvenistianos temos: o aqui/ o agora/ a relação eutu. A isso pode-se chamar de cena enunciativa. Evidentemente, os autores estudados conceituam, cada um a seu modo, esses termos, mas em todos pode-se perceber a preocupação em situar o fenômeno lingüístico num tempo, num espaço e em relação aos sujeitos. Em suma, todas as teorias concebem uma cena enunciativa, seja ela qual for.

⁷⁵ Mesmo que a dicotomia língua/fala tenha sido retomada por Jakobson como código/mensagem e como semiótico/semântico em Benveniste, por exemplo.

⁷⁶ A exemplo do que faz Hjelmslev com a dicotomia norma/uso.

⁷⁷ Outras teorias também dedicam-se ao estudo das formas lingüísticas em situações específicas de uso. Esse é o caso dos estudos funcionalistas e daqueles que têm orientação sociolingüística, entre outros. Isso significa que estudar a língua em situações concretas não é o traço específico da *lingüística da enunciação*, mas apenas assinala afinidade com procedimentos já consolidados.

⁷⁸ Para uma excelente discussão e aplicação teórico-metodológica dessas questões ver Lichtenberg nesta revista.

É claro que sempre é possível discordar do que estou propondo, na medida em que se pode considerar que o *enunciador* definido por Ducrot em nada se assemelha ao *sujeito clivado* de Authier-Revuz e que ambos em muito se distanciam de concepções como a de *locutor* em Jakobson. Da mesma forma, pode-se objetar que *tempo* e *espaço* são concebidos diferentemente em cada teoria e que, em algumas, tais categorias parecem até mesmo pouco fundamentais.

Ora, em nenhum momento estou comparando ou fazendo equivalências terminológicas que podem resultar em articulações grosseiras. Apenas advogo a existência de um eixo comum a todas as teorias da enunciação, a fim de, epistemologicamente, sublinhar um movimento de ultrapassagem da leitura imanentista⁷⁹ do *Curso de lingüística geral*. Não parece absurdo pensar que, desde que se considere a enunciação como centro de referência do sentido dos fenômenos lingüísticos, há sempre sujeitos, espaço e tempo implicados.

6.1 Duas últimas observações precisam ser feitas a respeito de questões fundamentais para toda a área que requer para si um objeto: o método e o *corpus*.⁸⁰

Em *lingüística da enunciação*, reafirma-se a máxima saussuriana *o ponto de vista cria o objeto*, ou seja, o fato lingüístico que é objeto de análise não é anterior ao ponto de vista teórico adotado pelo cientista, mas é por ele determinado. Em outras palavras, o cientista, ao delimitar o lugar teórico do qual fala, determina a relação que estabelece com os fatos lingüísticos. Nesse sentido, não existe um fenômeno lingüístico *a priori* a ser estudado, mas qualquer fenômeno que já tenha sido estudado por outras lingüísticas pode receber o “olhar” da *lingüística da enunciação* basta que, para isso, seja contemplado com referência às representações do sujeito que enuncia, à língua e a uma dada situação.⁸¹ Eis o *corpus*.

⁷⁹ Tenho optado por falar, em termos genéricos, de *leitura imanentista do CLG* porque existem outras possibilidades de interpretação dos postulados saussurianos que não necessariamente remetem à idéia de imanência do objeto. As diferentes leituras que atualmente têm sido feitas do CLG considerando os *Anagramas* e notas de Saussure e de seus alunos são o tema de outro artigo meu que se encontra no prelo (cf. *Le Saussure hoje: o Curso e os Anagramas*. In: *NONADA: letras em revista*, Porto Alegre).

⁸⁰ Essas questões devem voltar a ser discutidas na *segunda parte*, quando da explicitação das teorias da enunciação mais atuais. Não faço aqui mais do que sugerir algumas observações iniciais.

⁸¹ Apenas para ilustrar isso, lembro que Authier-Revuz estuda o emprego de incisões, diferentes fenômenos sintáticos, sinais tipográficos, entre outros.

Authier-Revuz (1998) diz que o estudo da “configuração enunciativa da reflexividade metaenunciativa [...] visa [...] identificar, inventariar, classificar e descrever as formas através das quais se realiza o desdobramento metaenunciativo próprio a essa configuração” (p. 14). Evidentemente, o trabalho da autora não se restringe a isso já que, como ela diz, “tenta, em seguida, no plano da prática da linguagem, caracterizar a especificidade deste modo enunciativo desdobrado, [...], compreender sua função na economia enunciativa em geral e demonstrar suas realizações diversificadas, suas manifestações de ‘posições enunciativas’ particulares a discursos gêneros, sujeitos” (idem).

No entanto, é na primeira parte das palavras de Authier que vejo algo mais genérico e, portanto, mais próximo de um princípio geral a respeito do método em *lingüística da enunciação*: identificar, inventariar, classificar e descrever formas próprias ao ponto de vista teórico adotado parece ser uma tarefa de toda a pesquisa lingüística que vise ao fenômeno da enunciação. Como o ponto de vista teórico releva do que chamei de *cena enunciativa*, então justifica-se dizer que tal ponto de vista define a relação que o cientista estabelece com os fatos lingüísticos. Eis o método.

Estou falando em fatos e não em dados como, normalmente, se conceitua o *corpus* em lingüística, porque realmente não se trata de algo “dado” enquanto evidência, mas do produto de um construto teórico. Assim é que, para se fazer uma análise enunciativa da língua, ou se pode adotar uma das teorias da enunciação existentes – o que já é um ponto de vista – ou se pode construir, teoricamente, uma forma de analisar os fatos de acordo com a concepção adotada sobre a cena enunciativa.

Se, depois disso, o cientista quiser relacionar as formas lingüísticas com outras questões de seu interesse – como faz Authier-Revuz em relação à *economia lingüística* e a *manifestações de posições enunciativas particulares a discursos, gêneros, sujeitos* – fará isso a partir das formas próprias da língua. Estudar a língua nesses termos é considerá-la constitutivamente marcada pela enunciação.

6.2 Em termos de conclusões gerais, diria que enunciação é processo que indica simultaneamente o produto, ou seja, o enunciado. A *lingüística da enunciação* toma para si não apenas o estudo das marcas formais no enunciado, mas refere-as ao processo de sua produção: ao sujeito, tempo e espaço. A *lingüística da enunciação* deve centrar-se no estudo das representações do sujeito que enuncia e não no próprio sujeito, objeto de outras áreas.

É bem verdade que autores mais recentes ressignificam tais categorias de acordo com os objetivos que têm e, ao fazerem isso, propõem interlocuções com exterioridades teóricas as mais variadas (é o caso de Authier-Revuz, por exemplo), mas esse já é o tema da segunda parte deste texto.

Referências bibliográficas

Meu objetivo não é ser exaustivo, mas apresentar ao leitor a bibliografia que julgo fundamental para introduzir aos estudos de enunciação. Em função disso, optei por apresentar não apenas os textos citados no corpo do artigo e os específicos de teorias da enunciação, mas também uma bibliografia complementar de ordem mais genérica sobre os autores e os temas pesquisados. Disso decorre o caráter relativamente extenso da lista abaixo. Como se trata de uma lista bibliográfica decidi registrar, aqui, inclusive os textos já devidamente referidos nas notas do artigo. Procurei, também, fornecer a referência dos trabalhos, privilegiando, na medida do possível, as traduções para o português a que tive acesso.

- ANSCOMBRE, J.-C. (org.). *Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995.
- ; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1983.
- ARRIVÉ, M. *Linguística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- . *Linguagem e psicanálise, linguística e inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ; NORMAND, C. (orgs.). *Emile Benveniste vingt ans après*. CRL – Université Paris X, 1997.
- AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUTHIER-REVUZ. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. In: *D.R.L.A.V.*, n. 26, 1982.
- . *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse, 1995.
- . *As palavras incertas*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- . *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- . *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- . *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- BALLY, C. *El lenguaje y la vida*. Buenos Aires: Losada, s.d.
- . *Linguistique générale et linguistique française*. Fracke Berne, 1965.
- . *Traité de stylistique française*. Genebra-Paris, 1951.
- BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- BARTHES, R. *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- . *Lição*. Lisboa: Edições 70, 1978.
- . *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1992.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1988.
- . *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- . *Vocabulário das instituições indo-européias I*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.
- . *Vocabulário das instituições indo-européias II*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.
- . *Origines de la formation des noms en indo-européen*. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient, 1984.
- . *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen*. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient, 1996.
- BREAL, M. *Ensaio de semântica*. São Paulo: Pontes/EDUC, 1992.
- CÂMARA, J. M. *História da linguística*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CAUSSAT, P. La subjectivité en question. In: *Langages*, Paris, Larousse, n. 77, p. 43-54, mar. 1985.
- CHISS, J. L. La stylistique de Charles Bally: de la notion de "sujet parlant" à la théorie de l'énonciation. In: *Langages*, Paris, Larousse, n. 77, p. 85-94, mar. 1985.
- CLARK, C.; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. Cambridge: Mass., 1984.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Paris: Ophrys, 1990.
- DASCAL, M. *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas: Edição do autor, 1982, v. 4.
- DILLINGER, M. Forma e função na linguística. In: *D.E.L.T.A.*, v. 7, 1991.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo I: o campo do signo, 1945/1966*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- . *História do estruturalismo II: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- DUBOIS, J.; SUMPFF, J. (orgs.). *Langages*, Paris, Didier/Larousse, n. 13, 1969.

- DUCROT, O. *Dizer e não dizer: princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- . De Saussure à la philosophie du langage. In: SEARLE, J. *Les actes de langage: essais de philosophie du langage*. Paris: Herman, 1972.
- . *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.
- . *Provar e dizer*. São Paulo: Global, 1981.
- . *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- . *Polyfonia y argumentación*. Calli: Universidade del Valle, 1988.
- . Énociation et polyphonie chez Charles Bally. In: ———. *Logique, structure, énonciation: lectures sur le langage*. Paris: Minuit, 1989.
- . *Polyfonia y argumentación: conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso*. Calli: Universidade del Valle, 1988.
- . Argumentação e “topoi” argumentativos. In: GUIMARÃES, E. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.
- ; TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.
- FLAHAULT, F. *A fala intermediária*. Lisboa: Via Editora, 1979.
- FLORES, V. *Lingüística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- . Dialogismo e enunciação: elementos para uma epistemologia da lingüística. In: *Linguagem e ensino*. EDUCAT, 1998.
- . Para um estudo da categoria aspecto nos verbos do português do Brasil. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.
- FLORES, V.; SILVA, S. Aspecto verbal: uma perspectiva enunciativa do uso da categoria no português do Brasil. In: *Letras de Hoje*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.
- FOUCAULT, F. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- . *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FRANK, J. *Pelo prisma russo: ensaios sobre literatura e cultura*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- FUCHS, C. *La paraphrase*. Paris: P.U.F., 1982.
- . *Paraphrase et énonciation*. Paris: Ophrys, 1994.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. *La lengua de nunca acabar*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- GUIMARÃES, E. A lingüística é uma ciência histórica? In: BREAL, M. *Ensaio de semântica*. São Paulo: Pontes/EDUC, 1992.
- . *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.
- HENRI, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1975.
- HOLQUIST, M. *Dialogism: Bakhtin and his world*. London & New York: Routledge, 1990.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- . *Diálogos*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- . *Arte verbal, signo verbal, tempo verbal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- . *El marco del lenguaje*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- . *Poética em ação*. Rio de Janeiro: Edusp/Perspectiva, 1990.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation; de la subjectivité dans la langage*. Paris: Armand Colin, 1980.
- . *L'implicite*. Paris: Armand Colin, 1986.
- KRISTEVA, J. Para além da fenomenologia da linguagem. In: TOLEDO, D. *Círculo Lingüístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, 1978.
- LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.
- LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- LICHTENBERG, S. *Usos de indefinidos do português: uma abordagem enunciativa*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. (mimeo)
- MACHADO, Irene. *O romance e a voz: a prosaica de M. Bakhtin*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- MALDIDIER, D.; NORMAND, C.; ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- MARANDIN, J.-M. *Cahier Jean-Claude Milner*. Éditions Verdier, 2001.
- MARTINS, E. *Enunciação e diálogo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- MEDINA, J. Charles Bally: de Bergson à Saussure. In: *Langages*, Paris, Larousse, n. 77, p. 95-104, mar. 1985.

- MILNER, J. C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- . *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- MORSON, G. S.; EMERSOM, C. (ed.). *Rethinking Bakhtin: extensions and challenges*. Evanston, Ill: Northwestern University Press, 1989.
- ; EMERSOM, C. *Mikhail Bakhtin: creation of a prosaics*. Stanford, Ca: Stanford University Press, 1990.
- NORMAND, C. Le sujet dans la langue. In: *Langages*, Paris, Larousse, n. 77, 1985.
- . Linguistique et philosophie: un instant dans l'histoire de leurs relations. In: *Langages*, Paris, Larousse, n. 77, 1985.
- . (org.). *Langages*, Paris, Larousse, n. 77, 1997.
- . Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L.; PARLATO, E. M.; RABELLO, S. (orgs.). *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996. (Série Linguagem)
- . E. Benveniste: quelle sémantique?. LINX, *Du dire et du discours*. Hommage à Denise Maldidier, 1996.
- . (org.) *La quadrature du sens*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- PARRET, H. A dêixis e os "embrayeurs" desde Jakobson. In: ———. *Enunciação e pragmática*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- PAVEL, T. *A miragem lingüística: ensaio sobre a modernização intelectual*. Campinas: Pontes, 1990.
- POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- REY-DEBOVE, J. *Le métalangage*. Paris: Le Robert, 1978.
- RÉCANATI, F. *La transparence et l'énonciation*. Paris: Seuil, 1978.
- RICOUER, P. *O si-mesmo como um outro*. São Paulo: Papirus, 1991.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- SEARLE, J. *Os atos de fala*. Coimbra: Almedina, 1984.
- STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 1992.
- STAROBINSKI, J. *As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- TODOROV, T. (org.). *Langages*, Paris, Didier/Larousse, n. 17, 1970.
- . *Mikhail Bakhtine: le principe dialogique*. Paris: Seuil, 1981.
- TEIXEIRA, M.; FLORES, V. *Da subjetividade na linguagem: lingüística e psicanálise*. Ijuí: Ed. Unijui, 1996.

- TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e psicanálise: elementos de uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- TOLEDO, D. *Círculo Lingüístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, 1978.
- VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- VOLOCHINOV, V. V. Discourse in life and discourse in art (concerning sociological poetics). In: ———. *Freudianism: a marxist critique*. New York: Academic Press, 1976.
- . *Freudianism: a marxist critique*. New York: Academic Press, 1976.

APÊNDICE: Breve cronologia dos estudos enunciativos

Como disse Auroux (1998), na excelente *Cronologia da reflexão lingüística de seu A filosofia da linguagem*, "não dispomos ainda de uma verdadeira visão cronológica que repertorie as descobertas, as grandes viradas científicas ou as discussões filosóficas concernentes à linguagem" (p. 403). No entanto, vale tentar fornecer um quadro da evolução bibliográfica dos estudos da enunciação aqui discutidos, somada a alguns dados biográficos, mesmo que esse quadro não reflita fielmente a história dos estudos da enunciação, já que a ele sempre algo pode ser acrescentado.

Escolhi para integrar esta cronologia informações bibliográficas (datas de publicação) e informações biográficas (algumas datas de nascimento e morte) que julguei relevantes para esboçar uma breve história dos estudos de enunciação. Metodologicamente, o leitor deverá estar atento para o seguinte: 1) são registradas as datas de nascimento e morte apenas dos autores em que isso tem relevância para a história do pensamento que se quer ilustrar aqui; 2) não são consideradas todas as publicações dos autores, mas apenas os trabalhos mais relevantes para os estudos enunciativos (exceção feita à obra de Benveniste que é referida na íntegra); 3) as datas e a língua de publicação das obras são referentes à primeira edição; 4) os nomes dos autores são apresentados em negrito para facilitar a consulta por autor; 5) é fornecida também pequena cronologia de Michel Bréal e de Ferdinand de Saussure, em função da influência que tiveram sobre os autores pesquisados.

Finalmente, como esta cronologia pode ser desvinculada do texto ao qual serve de Apêndice, optei por fornecer, também, datas de publicações que não são concernentes à *lingüística da enunciação stricto sensu* e de outros acontecimentos no âmbito da lingüística geral, mas que julguei de fundamental importância para os estudos de enunciação.

| |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1832 – Nascimento de Michel Bréal. |
| 1857 – Nascimento de Ferdinand de Saussure. |
| 1865 – Nascimento de Charles Bally. |
| 1878 – Em dezembro, Ferdinand de Saussure, com 21 anos, publica o <i>Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes</i> . |
| 1895 – Nascimento de Mikhail Bakhtin. |
| 1896 – Nascimento de Roman Jakobson. |
| 1897 – Michel Bréal publica o <i>Essai de sémantique</i> . |
| 1902 – Nascimento de Émile Benveniste. |
| 1905 – Charles Bally publica <i>Précis de stylistique</i> . |
| 1907 – Primeiro curso de lingüística geral ministrado por Ferdinand de Saussure na Universidade de Genebra – de 16 de janeiro a 3 de julho. |
| 1910-1911 – Terceiro curso de lingüística geral ministrado por Ferdinand de Saussure na Universidade de Genebra – de 28 de outubro de 1910 a 4 de julho de 1911. |
| 1908-1909 – Segundo curso de lingüística geral ministrado por Ferdinand de Saussure na Universidade de Genebra – da 1ª semana de 1908 a 24 de julho de 1909. |
| 1909 – Charles Bally publica <i>Traité de stylistique française</i> . |
| 1911 – Nascimento de John Langshaw Austin. |
| 1913 – Morte de Ferdinand de Saussure em 22 de fevereiro. |
| 1913 – Charles Bally publica <i>Le langage et la vie</i> . |
| 1915 – Morte de Michel Bréal. |
| 1929 – Mikhail Bakhtin publica <i>Problemas da poética de Dostoiévsky</i> . |
| 1929 – Mikhail Bakhtin (Volochinov) publica <i>Marxismo e filosofia da linguagem</i> . |
| 1932 – Charles Bally publica <i>Linguistique générale et linguistique française</i> . |
| 1935 – Emile Benveniste publica <i>Origine de la formation des noms en indo-européen</i> . |
| 1947 – Emile Benveniste publica <i>Noms d'agent et noms d'action en indo-européen</i> . |
| 1947 – Morte de Charles Bally. |
| 1955 – John Langshaw Austin apresenta as Conferências William James, na Universidade de Harvard, que deram origem ao livro <i>How to do things with words</i> . |
| 1956 – Roman Jakobson publica <i>Deux aspects du langage et deux types d'aphasie</i> . A tradução para o francês integra o livro <i>Essais de linguistique générale</i> . |
| 1957 – Roman Jakobson publica <i>Shifters, verbal categories, the russian verb</i> . A tradução para o francês integra o livro <i>Essais de linguistique générale</i> . |
| 1960 – Roman Jakobson publica <i>Linguistics and poetics</i> . A tradução para o francês integra o livro <i>Essais de linguistique générale</i> . |

| |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1960 – Morte de John Langshaw Austin. |
| 1962 – Publicação póstuma de <i>How to do things with words</i> de John Langshaw Austin. |
| 1963 – Roman Jakobson publica <i>Essais de linguistique générale</i> . |
| 1966 – Emile Benveniste publica <i>Problèmes de linguistique générale</i> . |
| 1969 – Emile Benveniste publica <i>Le vocabulaire des institutions Indo-européennes</i> . |
| 1969 – Jean Dubois publica <i>Énoncé et énonciation</i> no número 13 da revista <i>Langages</i> . |
| 1969 – Publicação do número 13 da revista <i>Langages – l'analyse du discours</i> , sob a direção de J. Dubois e J. Sumpf. |
| 1969 – John Searle publica <i>Speech acts</i> . |
| 1970 – Publicação do número 17 da revista <i>Langages</i> intitulada <i>L'énonciation</i> sob a direção de Tzvetan Todorov. |
| 1971 – Jean Starobinski publica <i>Les mots sous les mots a respeito dos anagramas de Ferdinand de Saussure</i> . |
| 1972 – Oswald Ducrot publica <i>Dire et ne pas dire</i> . |
| 1973 – Oswald Ducrot publica <i>La preuve et le dire</i> . |
| 1974 – Emile Benveniste publica <i>Problèmes de linguistique générale II</i> . |
| 1975 – Morte de Mikhail Bakhtin. |
| 1976 – Morte de Émile Benveniste. |
| 1978 – François Récanati publica <i>La transparence et l'énonciation</i> . |
| 1980 – Oswald Ducrot publica <i>Les mots du discours</i> . |
| 1980 – Catherine Kerbrat-Orecchioni publica <i>L'énonciation de la subjectivité dans le langage</i> . |
| 1982 – Jacqueline Authier-Revuz publica <i>Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours</i> . |
| 1982 – Morte de Roman Jakobson. |
| 1985 – Oswald Ducrot publica <i>Le dire et le dit</i> . |
| 1985 – Publicação do número 77 da revista <i>Langages</i> , intitulada <i>Le sujet entre langue et parole(s)</i> , sob a direção de Claudine Normand. |
| 1986 – Catherine Kerbrat-Orecchioni publica <i>L'implicite</i> . |
| 1990 – A. Culioli publica <i>Pour une théorie de l'énonciation</i> . |
| 1992 – Jacqueline Authier-Revuz apresenta sua Tese de Doutorado de Estado – <i>Les non-coïncidences du dire et leur représentation méta-énonciative</i> – à Universidade Paris VIII. |
| 1995 – Jacqueline Authier-Revuz publica <i>Ces mots que ne vont pas de soi – Boucles réflexives et non-coïncidences du dire</i> . |
| 1997 – Sob a direção de Claudine Normand e Michel Arrivé, é publicado <i>Emile Benveniste: vingt ans après</i> , CRL-Université Paris X LINX. Atas de colóquio em homenagem a Emile Benveniste. |